

CINCO MISSÕES PARA O DESENVOLVIMENTO TRANSFORMADOR DO BRASIL: METODOLOGIA E RESULTADOS DO ESTUDO-BASE DO PLANO ABDE 2030 DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Karin Costa Vazquez¹

Cristina Reis²

João Prates Romero³

Fernanda Cimini⁴

Luma Ramos⁵

Márcio Alvarenga⁶

Em março de 2022, a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) lançou o Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável, com propostas de políticas públicas para catalisar US\$ 380 bilhões em investimentos de 32 instituições do Sistema Nacional de Fomento (SNF) a fim de promover a implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). O plano utilizou abordagem teórica epistemológica interdisciplinar e não eurocêntrica, combinando ferramentas de análise quantitativas e qualitativas alinhadas com recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU). A primeira parte do plano avaliou o estado de implementação dos ODS no Brasil e a contribuição do SNF para as suas dimensões ambiental, social, econômica e institucional. A segunda parte propôs cinco missões estratégicas para o desenvolvimento transformador do Brasil e medidas para fortalecer a estrutura institucional e a coordenação do SNF, com vistas a acelerar e dar escala à implementação dos ODS no país. Tanto o diagnóstico dos ODS quanto as missões estratégicas inovam em termos metodológicos colocando o Brasil na fronteira do planejamento para o financiamento da Agenda 2030. Este artigo descreve e publiciza a metodologia do estudo-base do plano e seus principais resultados, contribuindo para a sua replicação dentro e fora do Brasil.

Palavras-chave: Agenda 2030; desenvolvimento transformador; finanças sustentáveis; missões estratégicas; ABDE; objetivos de desenvolvimento sustentável.

FIVE MISSIONS FOR THE TRANSFORMATIVE DEVELOPMENT OF BRAZIL: METHODOLOGY AND RESULTS FROM THE ABDE 2030 PLAN FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT BASELINE STUDY

In March 2022, the Brazilian Development Association (Associação Brasileira de Desenvolvimento – ABDE) launched the ABDE 2030 Sustainable Development Plan, with public policy proposals to catalyze US\$ 380 billion in investments by 32 institutions of the National Development System

1. Professora da Jindal School of International Affairs da OP Jindal Global University. Orcid: <<https://orcid.org/0000-0002-6702-9305>>. *E-mail:* <karin.vazquez@gmail.com>.

2. Professora do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC (Cecs/UFABC). Orcid: <<https://orcid.org/0000-0002-9013-3768>>. *E-mail:* <cristina.reis@ufabc.edu.br>.

3. Professor do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFGM). Orcid: <<https://orcid.org/0000-0003-1254-0074>>. *E-mail:* <jpromero@cedeplar.ufmg.br>.

4. Professora do Cedeplar/UFGM. Orcid: <<https://orcid.org/0000-0003-2170-6443>>. *E-mail:* <fcimini@cedeplar.ufmg.br>.

5. Doutora em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e pesquisadora na Boston University Global Development Policy Center. Orcid: <<https://orcid.org/0000-0002-8927-6809>>. *E-mail:* <lumaramos1711@gmail.com>.

6. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRJ; e pesquisador do Grupo de Economia do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Gema)/UFRJ. Orcid: <<https://orcid.org/0000-0003-0456-0198>>. *E-mail:* <marcio.alvarenga.junior@gmail.com>.

(Sistema Nacional de Fomento – SNF) for the implementation of the Sustainable Development Goals (SDGs). The plan used an interdisciplinary and non-Eurocentric epistemological theoretical approach, combining quantitative and qualitative analysis tools aligned with recommendations of the United Nations. The first part of the plan assessed the state of implementation of the SDGs in Brazil and the contribution of the SNF to its environmental, social, economic, and institutional dimensions. The second part proposed five strategic missions for the transformative development of Brazil and measures to strengthen the institutional structure and coordination of the SNF with a view to accelerating and scaling the implementation of the SDGs in the country. Both the assessment of the SDGs and the strategic missions innovate in methodological terms, putting Brazil at the frontier of planning for the implementation of the 2030 Agenda from the financing pillar. This article describes and publicizes the methodology and the main results of the study that informed the Plan, contributing to its replication in Brazil and abroad.

Keywords: Agenda 2030; transformative development; sustainable finance; strategic missions; ABDE; Sustainable Development Goals.

CINCO MISIONES PARA EL DESARROLLO TRANSFORMADOR DE BRASIL: METODOLOGÍA Y RESULTADOS DEL ESTUDIO DE BASE DEL PLAN ABDE 2030 PARA EL DESARROLLO SOSTENIBLE

En marzo de 2022, la Asociación Brasileña de Desarrollo (ABDE) lanzó el Plan de Desarrollo Sostenible ABDE 2030, con propuestas de políticas públicas para catalizar US\$ 380 mil millones en inversiones de 32 instituciones del Sistema Nacional de Fomento (SNF) para la implementación de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS). El plan utilizó un enfoque teórico epistemológico interdisciplinario y no eurocéntrico, combinando herramientas de análisis cuantitativo y cualitativo alineadas con las recomendaciones de las Naciones Unidas. La primera parte del plan evaluó el estado de implementación de los ODS en Brasil y la contribución del SNF a sus dimensiones ambientales, sociales, económicas e institucionales. En la segunda parte se propusieron cinco misiones estratégicas para el desarrollo transformador del Brasil y medidas para fortalecer la estructura institucional y la coordinación del SNF con miras a acelerar y ampliar la aplicación de los ODS en el país. Tanto el diagnóstico de los ODS como las misiones estratégicas innovan en términos metodológicos, poniendo a Brasil en la frontera de la planificación para la implementación de la Agenda 2030 desde el pilar de financiamiento. Este artículo describe y publiciza la metodología del estudio básico del plan y sus principales resultados, contribuyendo a su replicación dentro y fuera de Brasil.

Palabras clave: Agenda 2030; desarrollo transformador; finanzas sostenibles; misiones estratégicas; ABDE; Objetivos de Desarrollo Sostenible.

JEL: O21.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/rtm29art7>

Data de envío do artigo: 29/8/2022. Data de aceite: 26/9/2022.

1 INTRODUÇÃO⁷

Em março de 2022, a ABDE lançou o Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável,⁸ com propostas de políticas públicas para catalisar US\$ 380 bilhões em investimentos de 32 bancos de desenvolvimento, agências de desenvolvimento, bancos comerciais com carteiras de desenvolvimento e bancos cooperativos membros do Sistema Nacional de Fomento (SNF) para a implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) (ABDE, 2022). A primeira parte do plano avaliou o estado de implementação dos ODS no Brasil e a contribuição do SNF para as suas dimensões ambiental, social, econômica e institucional. A segunda parte propôs cinco missões estratégicas para o desenvolvimento transformador do Brasil e medidas para fortalecer a estrutura institucional e a coordenação do SNF com vistas a acelerar e dar escala à implementação dos ODS no país. Tanto o diagnóstico dos ODS quanto as missões estratégicas inovam em termos metodológicos, colocando o Brasil na fronteira do planejamento para o financiamento da Agenda 2030.

Os ODS são um importante marco conceitual para a orientação de políticas públicas em âmbito global, desde o compromisso assumido pelos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) com o documento *Transformando o Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, ratificado em setembro de 2015 e conhecido como Agenda 2030. O documento estabeleceu o ODS 17 e suas respectivas 169 metas, cobrindo temas urgentes para o desenvolvimento sustentável dos países signatários. Em consonância com esse compromisso, a III Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, também realizada em 2015, estabeleceu a Agenda de Ação de Adis Abeba e reforçou a importância dos temas do financiamento para o cumprimento da Agenda 2030.

Desde então, políticas públicas e ações do setor privado têm sido reorientadas para o cumprimento das metas acordadas no âmbito dos ODS. Esse esforço global deve ganhar maior velocidade nesta *década da ação*, iniciada em 2021. A pandemia da covid-19, contudo, dificultou a formulação de estratégias para além de medidas emergenciais de preservação da renda, em que pese o amplo debate internacional sobre *sustainable recovery* (recuperação sustentável) e estratégias

7. A equipe técnica do Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável foi composta por Luma Ramos, Lavinia Barros de Castro, Cristina Froes de Borja Reis, João Prates Romero, Fernanda Cimini Salles, Fabrício Silveira, Samara Cristina Viaceli Piacenti, Guilherme Gonçalves Dias, Julia Mello de Queiroz, Marcio Alvarenga Junior, Camila Rizzini Freitas, Leonardo Barcellos de Bakker, Liziane Silva, Natália Gradin, Martha Silva e Ivan Aires, sob a coordenação de Karin Costa Vazquez. Os autores representam e agradecem a todos os membros da equipe técnica do Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável e da equipe da ABDE pelo trabalho conjunto na formulação da metodologia e na sua execução, que permitiram obter os resultados aqui apresentados. Os autores também agradecem ao apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), bem como todos os representantes de instituições associadas e parceiras da ABDE, universidades, setor privado e instituições multilaterais entrevistados durante a elaboração do Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável. A íntegra do plano está disponível em: <<https://abde.org.br/plano-abde-2030-apresenta-acoes-estrategicas-para-que-o-brasil-possa-atingir-os-ods/>>.

8. Disponível em: <<https://abde.org.br/wp-content/uploads/2022/03/Plano-ABDE-2030-de-Desenvolvimento-Sustentavel.pdf>>.

para *build back better* (reconstruir melhor). Além disso, a situação fiscal, agravada diante das despesas decorrentes do apoio emergencial aos efeitos da pandemia e ao aumento das taxas de juros internacionais, se traduziu em preocupação crescente com as condições de financiamento nos planos de recuperação em vários países.

Parte substantiva do esforço de alinhar estratégias de médio e longo prazo para recuperação econômica a critérios de desenvolvimento sustentável e de como fomentá-las tem sido realizada pelo setor financeiro, em especial pelas instituições financeiras de desenvolvimento (IFDs) multilaterais, nacionais e locais. No Brasil, a ABDE tem promovido ações visando à divulgação e internalização dos ODS pelos membros do SNF, bem como a reorientação de recursos de fomento para o cumprimento dos ODS desde a aprovação do ciclo 2020-2023 de seu planejamento estratégico. O Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável culmina esses esforços e aponta caminhos para o SNF alinhar o financiamento do investimento produtivo com a Agenda 2030.

Este artigo descreve e publiciza a metodologia do estudo-base do Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável e seus principais resultados, contribuindo para a sua replicação em outros países da América Latina e do mundo. O plano foi formulado entre novembro de 2021 e março de 2022, utilizando abordagem teórica epistemológica interdisciplinar, não eurocêntrica e combinando ferramentas de análise quantitativas e qualitativas alinhadas com recomendações da ONU. A segunda seção deste artigo apresenta as três etapas da metodologia do estudo-base do plano. A terceira seção apresenta os principais resultados do estudo, com subseções sobre o diagnóstico dos gargalos societais, as oportunidades setoriais e as missões estratégicas para o desenvolvimento transformador do Brasil. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

2 METODOLOGIAS DO PLANO ABDE 2030 DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável usa as definições de desenvolvimento e finanças sustentáveis como referencial teórico-conceitual. Finanças sustentáveis referem-se à “integração dos aspectos de sustentabilidade nos processos de tomada de decisão dos atores do mercado financeiro, nas políticas do mercado financeiro e nos arranjos institucionais e de mercado que contribuem para a conquista de um crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo” (Sommer, 2020, p. 6). Nessa definição, sustentabilidade se refere não somente aos fatores ambientais mas também aspectos sociais e de governança.

Conforme Puga e Castro (2018, p. 9), o conceito de desenvolvimento pode ser entendido como “a transformação de uma determinada realidade com crescimento da renda por habitante, redução das desigualdades e elevação dos padrões de vida da população, de forma sustentável”. Os autores ponderam ainda que:

a ideia de “desenvolvimento transformador” se desdobra em três dimensões: i) “desenvolvimento transformador da realidade econômica”, para aumentar a produtividade e a competitividade sistêmica da economia brasileira; ii) “desenvolvimento transformador da realidade social”, para promover equidade e bem-estar; e iii) “desenvolvimento transformador sustentável”, para lançar o Brasil como protagonista na agenda internacional (*op. cit.*, p. 9-10).

Trata-se, portanto, de uma concepção dinâmica e abrangente de desenvolvimento (Reis, Barbosa e Cardoso, 2019), que busca promover mudança estrutural e crescimento sustentado da renda e da produtividade por meio de uma trajetória que promova a inclusão social e não coloque em risco o estoque de capital natural para atendimento das gerações futuras (Vazquez, Roychoudhury e Borges, 2017; Islam e Iversen, 2018; Ramos e Studart, 2021).

Para alcançar o desenvolvimento transformador, “pressupõe-se a orquestração de uma estratégia de desenvolvimento em que instituições estejam coordenadas e orientadas por missões” (Puga e Castro, 2018, p. 9). Adotada pela Comissão Europeia no Programa Horizon em 2021, a abordagem de missões (Mazzucato, 2018) inverte a lógica de implementação de políticas de desenvolvimento ao priorizar a escolha do problema em vez da escolha de setores estratégicos, como acontece nas políticas verticais. A solução é então construída por diferentes atores, públicos e privados, incentivados por políticas de caráter horizontal. Apesar de requererem o engajamento de setores específicos, não são políticas setoriais. Essa abordagem, portanto, é diferente de apontar setores prioritários de atividades econômicas somente; ela combina-os com caminhos de solução de problemas sociais e ambientais (Freitas *et al.*, 2021). Segundo Mazzucato (2018), a construção de missões bem-sucedidas deve levar em conta os cinco critérios a seguir.

- Definição de um problema com amplo apelo social, capaz de inspirar e engajar a população.
- Definição de uma direção clara, com objetivos mensuráveis e estabelecimento de prazos para entregas.
- Demanda de iniciativas de desenvolvimento tecnológico ambiciosas, mas tecnicamente viáveis.
- Estímulo à inovação interdisciplinar, intersetorial e com envolvimento de múltiplos atores.
- Incentivo a múltiplas experimentações *bottom-up*, com graus diferentes de risco tecnológico.

No caso do SNF, a abordagem de missões permite que o sistema incentive concomitantemente o setor produtivo e o alcance de metas ODS. Isso porque, no âmbito de uma missão, diversos setores são estimulados em conjunto, mas aqueles que apresentam maior densidade⁹ poderão trazer resultados mais rápidos, estimulando setores com menor densidade. A partir desse marco teórico, a metodologia para a construção das missões do Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável foi dividida em três etapas. A primeira etapa conformou a parte 1 do plano. Nela foram analisados os gargalos sociais, ambientais, econômicos e de governança enfrentados por cada macrorregião, a partir da análise da implementação dos ODS no Brasil. Nessa etapa, também foram incorporados os desafios enfrentados pelo SNF no que diz respeito à internalização da Agenda 2030, a partir da análise de documentos estratégicos de dezoito IFDs.

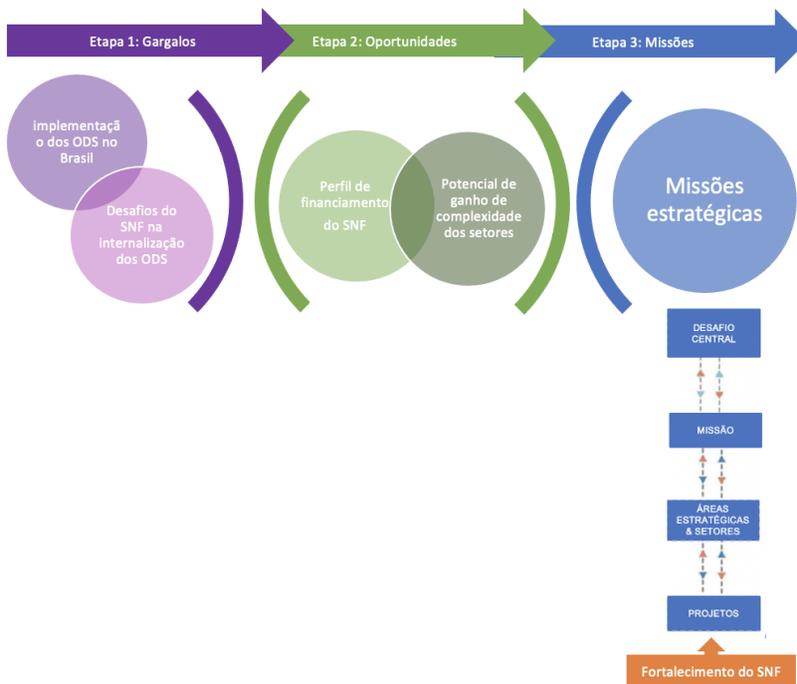
A segunda e terceira etapas conformaram a parte 2 do plano. Na segunda etapa, foram analisadas as oportunidades setoriais para cada região, a partir do perfil setorial de financiamento das IFDs e do potencial de ganho de complexidade dos setores. Enquanto a análise de perfil de financiamento permitiu maior compreensão das demandas do setor produtivo, a análise de complexidade apontou para setores com potencial de transformação econômica (ganho de complexidade) e, ao mesmo tempo, transformação social (ganho de ODS).

Na terceira etapa, o cruzamento das análises anteriores e a associação dos grandes gargalos regionais com os setores e projetos potencialmente mobilizados para a sua solução permitiram a formulação das cinco missões estratégicas para o desenvolvimento transformador do Brasil. As três etapas da metodologia de definição das missões estratégicas do Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável podem ser visualizadas na figura 1 e serão detalhadas nas próximas subseções.

9. A densidade de cada setor/atividade é definida como a proximidade (probabilidade de coprodução competitiva) média do setor/atividade em relação aos setores que o país ou região possuem vantagem comparativa revelada (VCR) (Hausmann *et al.*, 2014). Diversos estudos apontam que o aumento da densidade do setor eleva a probabilidade de adquirir vantagem comparativa no mesmo.

FIGURA 1

Promovendo o desenvolvimento transformador



Fonte: Estudo-base do Plano ABDE 2030.

Obs.: Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

2.1 Metodologia da parte 1 do Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável: gargalos nacionais e regionais

2.1.1 Implementação dos ODS no Brasil

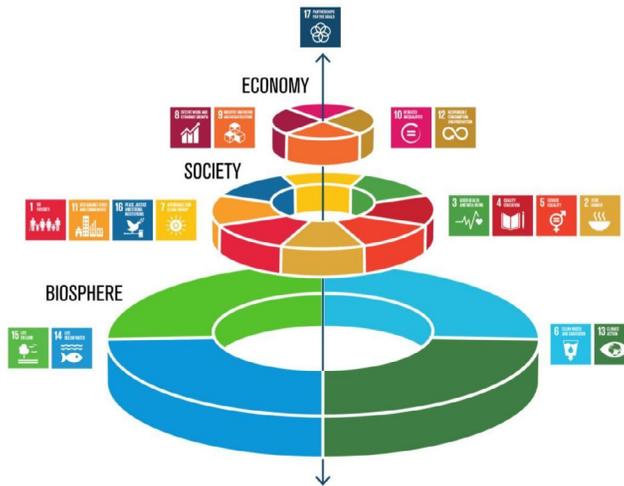
Para avaliar a implementação dos ODS no Brasil, buscou-se: i) mapear os indicadores das metas de cada ODS, complementando-os e atualizando-os quando necessário; e ii) desagregar e analisar os dados.

O mapeamento dos indicadores das metas de cada ODS teve como ponto de partida os *Cadernos ODS*, elaborados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), contendo análises sobre os indicadores de monitoramento das metas e avaliações dos principais desafios para implementar a Agenda 2030 no Brasil e no período previsto. Os cadernos do Ipea permitiram a identificação da existência e do método de cálculo dos indicadores do ODS 17, sendo que as séries de dados correspondentes foram encontradas no *site* oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Comissão Nacional dos ODS da Secretaria de Governo da Presidência da República,¹⁰ coordenadora da implementação dos ODS no Brasil até 2019,¹¹ atribuiu ao Ipea e ao IBGE a função de assessoramento técnico permanente aos seus trabalhos.¹² Além do banco de dados do IBGE, foram consultadas, para complementação e/ou comparação, as bases internacionais da ONU, os rastreadores de ODS (SDG Tracker), da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), a CEPALSTAT, e da Sustainable Development Solutions Network (SDSN), a SDG Index. Em seguida, foram realizadas análises qualitativas com vistas a atualizar e complementar o levantamento do maior número de indicadores existentes e de *proxies* para os inexistentes, tomando-se o ano mais recente possível.

Houve a preocupação de se apontar a existência de dados desagregados para os diferentes indicadores, principalmente a partir das fontes do IBGE, do portal do Programa Cidades Sustentáveis e do Ipea (*Atlas Brasil*). Analisando os dados disponíveis, foram problematizadas as disparidades regionais e interseccionais dos ODS agrupados em quatro eixos, conforme ilustrado na figura 2: econômicos, sociais, ambientais e institucionais.

FIGURA 2
Sistematização dos ODS por eixos temáticos



Fonte: Stockholm Resilience Centre.

Obs.: Figura cujos leiautes e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

10. Decreto nº 9.980, de 20 de agosto de 2019.

11. Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019.

12. Foi no cumprimento dessa atribuição que o Ipea coordenou, em 2018, o processo de adequação das metas globais à realidade brasileira, considerando as estratégias, os planos e as políticas nacionais que podem promover a garantia do desenvolvimento sustentável na próxima década. "Merece destaque o pioneirismo dessa iniciativa, que coloca o Brasil em um grupo seleto de países do mundo que passam a dispor de um instrumento que contribui para a incorporação dos ODS nas políticas e prioridades nacionais, mantendo a abrangência e a ambição da proposta da ONU" (Ipea, 2020).

A análise do conjunto de dados reunidos foi sistematizada a partir de uma estrutura harmonizadora, tal como no quadro 1.

QUADRO 1
Estrutura dos diagnósticos da implementação dos ODS

Destaques
<p>Apresentação e contextualização do ODS: Qual é o ODS? Como o ODS e seu conjunto de metas refletem os desafios de desenvolvimento do Brasil de hoje/do futuro? Os dados para avaliar o cumprimento no Brasil das metas e seu conjunto de indicadores estão disponíveis? Destacar o que não é possível medir por falta de método de cálculo/estatística.</p>
<p>Evidência do cumprimento do ODS para cada meta: Qual é a meta? Essa meta foi revisada ao ser internalizada no Brasil? Essa revisão aumentou, manteve ou diminuiu a ambição da meta? Que particularidade brasileira essa revisão reflete? Qual o status do cumprimento da meta? Quanto falta para o seu cumprimento? Descrver tendências da meta à luz dos indicadores atualizados e complementar/problematicar com literatura. Atentar para pontos de inflexão, possíveis causas para o avanço/estagnação/retrocesso da meta. Trazer dados desagregados, se necessário.</p>
<p>Avaliação do cumprimento do ODS, em especial à luz da pandemia de covid-19 Se o ODS avançou, que políticas, iniciativas, instrumentos foram relevantes para avançar o cumprimento de suas metas? Se o ODS estagnou ou retrocedeu, quais foram os principais desafios na implementação de suas metas? Qual a necessidade de financiamento do ODS (com referência a projeções ONU/CEPAL)? Quais os principais gargalos (carência de investimentos e de financiamento de longo prazo) de financiamento do ODS? Que lições e pontos de atenção devem ser considerados para o financiamento do ODS pelas IFDs brasileiras e pelo SNF?</p>

Fonte: Estudo-base do Plano ABDE 2030.

Como produto dessa etapa do plano, formulou-se uma “análise de semáforo” do cumprimento dos ODS, a partir de uma escala quantitativa, que detectou quais ODS regrediram ou não serão cumpridos (luz vermelha), quais ficaram estagnados (luz amarela) e quais evoluíram ou foram cumpridos (luz verde) no Brasil.

2.1.2 Desafios do SNF na internalização dos ODS

Em seguida, foram mapeados e sistematizados: i) os planos e propostas de políticas de financiamento/fomento em andamento no Brasil e potencialmente relacionadas ao cumprimento de cada ODS; ii) as boas práticas das IFDs brasileiras e do SNF que poderiam ser fortalecidas, replicadas e/ou escalonadas; e iii) os desafios e riscos ao cumprimento dos ODS pelas IFDs brasileiras e pelo SNF que deveriam ser mitigados ou evitados. Esse mapeamento e essa sistematização foram estruturados por mecanismo e por tipo de IFD. Os mecanismos elencados foram: projetos de lei, medidas regulatórias, políticas, programas de financiamento e instrumentos financeiros

inovadores. Os tipos de IFDs seguiram a classificação da ABDE: bancos públicos e de desenvolvimento federais e estaduais, agências de fomento, bancos cooperativos, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

O mapeamento e a sistematização foram feitos a partir da revisão da literatura e de documentos relevantes, além de entrevistas semiestruturadas com cinquenta representantes de instituições associadas e parceiras da ABDE, universidades, setor privado e instituições multilaterais. A entrevistas tinham como objetivo entender os itens descritos adiante.

- As áreas em que o SNF já atua e que mais podem contribuir para os ODS; e/ou as áreas onde existem oportunidades latentes ainda não exploradas pelo SNF.
- As atuais políticas de financiamento/fomento dos ODS no Brasil e no SNF, incluindo as novas ações do SNF.
- Os marcos institucionais, mandatos, instrumentos de financiamento, mecanismos de cooperação entre as instituições do SNF e parcerias internacionais que precisam ser desenvolvidos ou fortalecidos para potencializar a atuação do SNF em prol dos ODS.

Em linha com esses pontos citados, a equipe à frente da elaboração do Plano ABDE 2030 partiu do entendimento de que a agenda de financiamento para o desenvolvimento sustentável tem três dimensões: macro, meso e micro. Na ótica macro estiveram os componentes de políticas públicas. Na ótica meso, os aspectos regulatórios e de financiamento dessas políticas públicas. Por fim, a ótica micro concentrou discussões sobre o âmbito particular das instituições, como o marco institucional, legal e regulatório; a governança; a estratégia e os projetos; a capacitação da equipe; e o aprendizado e os planos para o futuro. A entrevista com os especialistas de fora do SNF teve foco nas dimensões macro e meso. Já as entrevistas com os associados da ABDE se ativeram à ótica micro das instituições.

As informações obtidas foram complementadas com análise da internalização dos ODS no planejamento estratégico de dezoito IFDs.¹³ A análise usou metodologia adaptada do Instituto das Nações Unidas para Treinamento

13. Banco do Brasil (BB), Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Finep, Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia), Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (Badesc), Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), Fomento Paraná, Agência de Fomento do Estado do Amazonas (Afeam), Agência Estadual de Fomento (AgeRio), Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN), Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso (Desenvolve MT), Agência de Fomento de Goiás (GoiásFomento), Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), Banco Desenvolve São Paulo (Desenvolve SP), Cresol, Badesul Desenvolvimento – Agência de Fomento do Rio Grande do Sul (Badesul) e Banco do Nordeste (BNB).

e Pesquisa (United Nations Institute for Training and Research – Unitar) para avaliar a percepção de prioridades (P) e gargalos (G) dos ODS (Índice PG ou PG Index). Para a análise de prioridades, foram avaliados os diferentes níveis de ocorrência do ODS, em que a maior nota (4) refere-se à ocorrência do ODS no nível mais elevado da estratégia (ODS presente na missão, visão e objetivos estratégicos da instituição); e a menor nota (1) refere-se à ocorrência do ODS no nível menos elevado da estratégia (ODS presente sem ação associada). Para a análise de gargalos, foram avaliados os níveis de execução das prioridades, em que a maior nota (4) foi dada quando o documento indica a “distância” entre o cenário atual e o desejado (por exemplo: dados sobre a gravidade do problema a ser enfrentado); e a menor nota (1) foi dada quando não há qualquer menção aos gargalos existentes. O número 1 foi utilizado para não “zerar” o PG Index. Nesse caso, o PG Index seria igual ao indicador de prioridade.

Para a análise da internalização dos ODS no planejamento estratégico das IFDs, foram coletados documentos oficiais com informações relacionadas à construção de visões de futuro do país, por meio da identificação de objetivos de médio e longo prazo das dezoito IFDs consideradas. Priorizou-se a busca de documentos contendo a estratégia atual dessas IFDs. Nos casos em que não foi possível encontrá-los, foram analisados relatórios de prestação de contas, relatórios socioambientais, ou cartas anuais de governança corporativa. Em seguida, construiu-se uma base de dados a partir das variáveis adaptadas da metodologia Unitar, definindo-se prioridades, gargalos e interação. Por fim, foi feita a leitura e análise dos documentos.

2.2 Metodologia da parte 2 do Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável: oportunidades setoriais e missões

Passando para a parte 2 do Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável, as oportunidades setoriais para cada macrorregião foram identificadas a partir: i) dos setores com potencial transformador; e ii) do perfil setorial de financiamento das IFDs. Enquanto a análise de perfil de financiamento das IFDs permitiu maior compreensão das demandas do setor produtivo, a análise dos setores com potencial transformador apontou as áreas capazes de gerar maior ganho de complexidade econômica, geração de emprego e contribuição para os ODS. Para tanto, partiu-se da premissa de que a atuação do SNF, por meio dos seus diversos membros e mecanismos, deve buscar incentivar e promover estes dois tipos de mudanças:

- alterações na composição intersetorial da economia local, com o aumento do emprego em atividades mais produtivas e sustentáveis; e
- melhorias na forma de produção intrasetorial, com a adoção de maquinário, tecnologias e práticas mais produtivas e sustentáveis.

2.2.1 Análise dos setores promissores

Para fomentar alterações na composição intersetorial da economia é crucial identificar setores estratégicos para o desenvolvimento – nesse caso, que contribuam com as metas dos ODS segundo a Agenda 2030. Mas associar setores da atividade econômica aos ODS, aqui chamados de setores com potencial transformador, não é uma tarefa trivial. Para tal, foi adaptado um conjunto de métodos e indicadores da abordagem da complexidade econômica (Hausmann *et al.*, 2017; Hidalgo *et al.*, 2007; e Hidalgo e Hausmann, 2009) que permitiu a identificação das atividades econômicas conectadas com as capacidades localmente estabelecidas e, ao mesmo tempo, tenham o maior impacto potencial nos indicadores dos ODS.

Diversos estudos têm chamado a atenção para a importância de se mudar a estrutura produtiva rumo a setores de maior complexidade para acelerar o crescimento da renda (Hidalgo e Hausmann, 2009; Hausmann *et al.*, 2014). Trabalhos mais recentes têm apontado que o aumento da complexidade, além de elevar o crescimento, também está associado a menores níveis de desigualdade de renda (Hartmann *et al.*, 2017), menor impacto ambiental (Romero e Gramkow, 2021) e maiores níveis de inovação verde (Mealey e Teytelboym, 2020).

Na análise de complexidade do estudo-base do Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável, adaptou-se a metodologia proposta por Hausmann, Hwang e Rodrik (2007) para associar o desempenho médio no ODS 17 à competitividade de cada tipo de atividade. O índice de desempenho dos ODS (iODS) foi definido como a média ponderada do desempenho médio nos ODS apresentada pelos municípios onde a atividade é competitiva, ou seja, com VCR, sendo o peso a participação da atividade no emprego total do município. Formalmente, o VCR e o iODS de cada atividade a são definidos como:

$$VCR_{ma} = (sma/sta) \quad (1)$$

$$iODS_a = 1/N \sum_m M_{mas} \quad (2)$$

Em que sma é a participação do emprego da atividade a pelo município m ; e sta é a participação do emprego da atividade a no emprego total do país. Considera-se um município como competitivo no setor se $VCR > 1$. M_{ma} é uma matriz com termos iguais a 1 se o município m tem VCR na atividade a , e 0 caso contrário. $N = \sum_m M_{mas}$ é um fator de normalização.

O iODS, portanto, assume que as atividades associadas a um bom desempenho médio nos ODS 17 são aquelas desempenhadas competitivamente (com VCR) por municípios com bom desempenho médio no ODS 17. Por meio do iODS, portanto, é possível identificar os setores mais correlacionados com um bom desempenho no conjunto do ODS 17. Duas bases de dados foram utilizadas na construção do iODS, conforme descrito a seguir.

- Para calcular as participações das atividades no emprego e o índice de VCR, utilizaram-se dados de emprego da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) para a classificação Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) (revisão 2, 2 dígitos), num total de 87 atividades.
- Já o desempenho médio de cada município no ODS 17 foi obtido da base da SDSN, que, além de utilizar dados atuais, provê um indicador resumo do desempenho do município, considerando a combinação de indicadores de cada ODS, para um total de 770 municípios.¹⁴

A partir desses dados, foi possível obter o iODS para cada uma das 87 atividades da CNAE (revisão 2, 2 dígitos). Identificar a correlação de cada setor com o desempenho médio nos ODS possibilitaria uma correta avaliação do potencial do setor, pois é possível que alguns setores tenham efeito positivo em alguns dos ODS e negativos em outros.

A adaptação da abordagem da complexidade para a identificação dos setores econômicos com maior impacto sobre os ODS é inovadora em vários sentidos. O iODS é uma medida que associa o desempenho em cada ODS à atuação competitiva em cada atividade, apresentando estas duas vantagens importantes:

- associa o desempenho nos ODS a setores em um nível altamente desagregado, com base em variáveis objetivas e sem discricionariedade; e
- possibilita um ordenamento das correlações médias de cada setor com o desempenho nos ODS.

A adaptação da abordagem da complexidade para a identificação dos setores econômicos com maior impacto sobre os ODS atende ao princípio de integralidade da Agenda 2030 e abre portas para a integração prática das dimensões social, ambiental e econômica do desenvolvimento sustentável. Ela também considera as disparidades regionais na formulação de estratégias de desenvolvimento bem como a limitação de dados relativos ao desempenho dos municípios brasileiros no ODS 17.

Os indicadores de complexidade foram calculados com base nos dados de emprego por atividade econômica (incluindo serviços) disponíveis na Rais, levando em consideração as diferenças entre os municípios brasileiros e as atividades, e não entre países e produtos, a partir de dados de comércio, como proposto na abordagem original da complexidade. A decisão de realizar os cálculos a 2 dígitos também foi baseada na agregação regional adotada. Embora os dados da Rais por

14. O índice de desenvolvimento sustentável das cidades-Brasil (IDSC-BR) é uma iniciativa da SDSN para permitir o monitoramento da implementação dos ODS no Brasil. O índice avalia a situação e evolução recente de cada ODS 17 em 770 municípios brasileiros. Para tanto, a instituição precisou adaptar os indicadores oficiais globais para o contexto local. O índice se baseia em um conjunto de 88 indicadores, dos quais 86 são provenientes de fontes públicas oficiais.

CNAE permitam maior desagregação, como é característico dos trabalhos que utilizam a metodologia da complexidade, a adoção de um nível muito elevado de desagregação setorial seria problemática em função da busca de identificar políticas a serem aplicadas por macrorregião. Portanto, optou-se por utilizar um nível mais elevado de agregação (CNAE 2 dígitos), mas que ainda permite diferenciação entre atividades e seus níveis de complexidade.

Estudos recentes têm buscado utilizar indicadores baseados na metodologia da complexidade econômica para orientar a formulação de políticas de desenvolvimento (Hausmann e Chauvin, 2015; Hausmann, Santos e Obach, 2017; Romero e Freitas, 2018; Balland *et al.*, 2019; Romero e Silveira, 2019; e Freitas *et al.* 2021). Esses trabalhos também apontam a importância de se utilizar medidas de custos e benefícios para a identificação de setores promissores para o desenvolvimento. A metodologia do estudo-base do Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável mediu o custo de um país se tornar competitivo em um determinado setor por meio de dois indicadores, conforme a seguir descrito.

- Índice de VCR do setor: como a competitividade do setor requer $VCR > 1$, quanto mais distante de 1 estiver o indicador, maior será o custo do país para se tornar competitivo no setor. Assim, o índice é o principal indicador dos setores que estão mais próximos de se tornarem competitivos nos mercados internacionais.
- Índice de densidade das atividades (IDA): quanto menor a densidade do produto, maior a distância entre as capacidades produtivas existentes na economia e aquelas requeridas para a produção competitiva do bem, indicando maior custo de aquisição dessas capacidades.

Já os benefícios a serem obtidos pelo país com a entrada no setor foram sintetizados pelos três indicadores listados a seguir:

- índice de complexidade das atividades (ICA): quanto mais complexo o produto, maiores serão os benefícios, em termos de elevação do crescimento, redução de desigualdade de renda e de emissões *per capita*;
- potencial de geração de emprego; e
- iODS por setor, para os propósitos desse trabalho: quanto maior o índice, maiores serão os benefícios, em termos da sua contribuição esperada para a elevação do ODS 17.

O IDA e o ICA e o potencial de geração de emprego foram calculados como:

$$IDA_{aa} = \frac{M_{aa}}{Q_{aa}} \quad (3)$$

$$ICA_{aa} = \frac{Q_{aa} - Q_{aa}^*}{sd(Q)} \quad (4)$$

$$\text{Emprego} = \frac{mMma}{mMma} \quad (5)$$

Em que $\phi_{aa'} = \frac{mMmaMma'}{\max(ka, 0ka', 0)}$ é a proximidade entre as atividades a e a' , empa é o emprego na atividade a , Q é o autovetor de $Mmm' = \frac{pMmaMm'a}{\max(km, 0ka, 0)}$ associado ao segundo maior autovalor, e $km, 0$ e $ka, 0$ são os índices de diversificação dos municípios m e de ubiquidade das atividades a , respectivamente.

A figura 3 resume os fundamentos da regra de identificação de setores com potencial transformador a partir dos cinco índices apresentados nas equações (1), (2), (3), (4) e (5). É importante notar, porém, que uma pré-condição fundamental para a identificação dos setores com potencial transformador é a capacidade de o SNF atuar para impulsioná-los, levando em consideração as instituições que compõem o sistema e os instrumentos e fundos à disposição de cada uma delas.

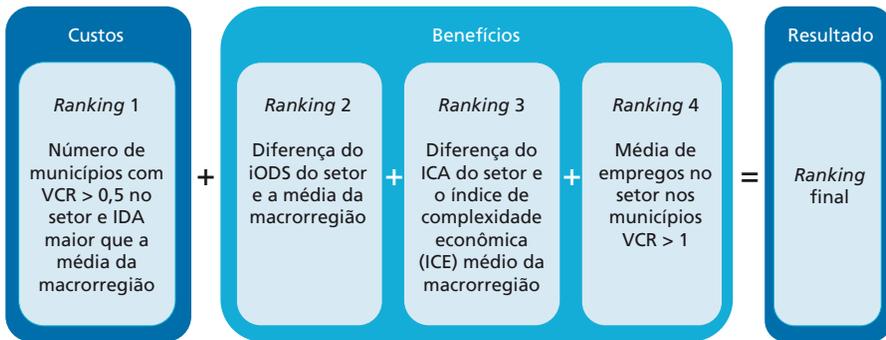
FIGURA 3
Estratégia de diversificação inteligente



Fonte: Estudo-base do Plano ABDE 2030.

Considerando o prazo exíguo de implementação do Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável, a estratégia de desenvolvimento a ser perseguida buscaria a diversificação relativamente rápida, atribuindo maior importância ao menor custo de adquirir competitividade no setor. É importante notar que, em função das marcantes diferenças regionais do Brasil, cinco estratégias foram desenhadas, uma para cada macrorregião brasileira. Cada estratégia ordenou os setores promissores para a diversificação de cada macrorregião com base na soma dos *rankings* (normalizados) dos cinco indicadores considerados (figura 4).

FIGURA 4
Estratégias de identificação de setores promissores



Fonte: Estudo-base do Plano ABDE 2030.

Obs.: IDA médio: Sudeste = 0,127; Sul = 0,137; Centro-Oeste = 0,102; Nordeste = 0,067; Norte = 0,078. Média dos ODS: Sudeste = 59,2; Sul = 58,8; Centro-Oeste = 55,1; Nordeste = 51,3; Norte = 49,2. ICA médio: Sudeste = 0,33; Sul = 0,57; Centro-Oeste = 0,05; Nordeste = -0,58; Norte = -0,49. Os rankings 1 a 4 foram normalizados para se tornarem comparáveis.

2.2.2 Análise do perfil de financiamento do SNF

O perfil de financiamento do SNF em termos setoriais e regionais foi verificado para se entender o quão ele se aproxima ou se afasta dos gargalos identificados no cumprimento dos ODS, bem como da análise dos setores com potencial transformador a partir da metodologia da complexidade.

Uma primeira avaliação do perfil foi realizada tomando os dados da carteira de crédito ativa do SNF por tipos de IFD,¹⁵ para pessoas físicas e jurídicas, por modalidade de financiamento e/ou setores agregados, em nível nacional, média 2017-2021. Sendo o BNDES a IFD com maior peso no SNF,¹⁶ foi processada, em seguida, a avaliação de suas operações financeiras automáticas (indiretas) e não automáticas, ativas, para o período de 2017-2021 por CNAE, considerando o valor desembolsado deflacionado pelo índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA).

O banco de dados disponível no portal do BNDES permitiu avaliar a fonte do recurso, produto, modalidade de empréstimo, instituição parceira credenciada, Unidades da Federação (UFs) e regiões, porte da empresa e, ainda, se contribui para inovação, considerando-se pessoas jurídicas. Como visto na análise da carteira ativa do SNF, financiamentos a pessoas físicas são bastante expressivos, pois além de capturar empréstimos individuais como para habitação, veículos, consignado em folha, também podem dizer respeito a empreendedores informais. Entretanto,

15. Disponível em: <<https://abde.org.br/sistema-nacional-de-fomento/>>.

16. Verificou-se que os bancos federais detinham 95% da carteira total, essencialmente o BNDES.

estes não puderam ser incluídos na análise devido à falta de informações setoriais aprofundadas. Os resultados dessa análise são apresentados na subseção 3.2.

2.2.3 Definição das oportunidades setoriais

A identificação das oportunidades setoriais resultou do contraste dos dez setores identificados nas duas avaliações anteriores de cada macrorregião e do Brasil. Tal contraste foi realizado por meio de análise de quadrante (quadro 2), que identificou: i) os setores com elevado potencial transformador (ganho de complexidade e ODS), mas subfinanciados pelo SNF, que devem gerar políticas de “busca do futuro”; ii) os setores com baixo potencial transformador, mas relevantes na carteira do SNF, que devem desencadear políticas de “reposicionamento”; iii) os setores com elevado potencial transformador e relevantes na carteira do SNF, a serem “mantidos”; e iv) os setores com baixo potencial transformador e subfinanciados pelo SNF, que não necessitam de soluções e/ou políticas (Castro, 2008, p. 5-6).

QUADRO 2

Análise de quadrantes das oportunidades setoriais a partir de diferentes metodologias

Potencial do setor/financiamento do SNF	Baixo	Alto
Baixo	Não considerado	Busca do futuro
Alto	Reposicionamento	Manutenção

Fonte: Estudo-base do Plano ABDE 2030; Castro (2008, p. 6).

Essas estratégias nortearam o processo de definição das missões estratégicas, reunindo conjuntos articulados de propostas de políticas e ações do SNF em que se vislumbrem grandes possibilidades de desenvolvimento. Considerando os quadrantes por região e nacional, cada uma dessas estratégias vai ter desdobramentos sobre a especialização produtiva no que tange às transformações tanto inter quanto intrasetoriais. Os resultados dessa análise são apresentados na subseção 3.2.

2.3 A construção das missões

As missões foram construídas a partir de dois ODS por macrorregião, identificados como gargalos principais na parte 1 do estudo-base do Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável. É importante ressaltar que a seleção de dois ODS como líderes para uma missão não significa a exclusão dos demais objetivos. Ao contrário, tendo em vista o caráter sistêmico e integrado da Agenda 2030, outros ODS foram diretamente acionados no âmbito de uma missão. Da mesma forma, os setores econômicos mobilizados para compor a missão foram selecionados a partir das oportunidades setoriais, que representam possibilidades para abertura de novos mercados, por

meio do estímulo à mudança na composição intersetorial da economia local, com o aumento do emprego em atividades mais produtivas e sustentáveis. Ao mesmo tempo, setores já estabelecidos também precisam ser acionados. Nesses casos, a atenção do SNF deve se voltar às transformações na forma de produção intrassetorial, com a adoção de maquinário, tecnologias e práticas mais produtivas e sustentáveis.

Segundo Mazzucato (2018), uma missão deve ser claramente enquadrada para responder a um desafio específico, preferencialmente formulado de forma binária (conseguir ou não conseguir) ou quantificável. Cada missão deve envolver um conjunto de “múltiplas soluções, ou seja, não devem ser alcançáveis por um único caminho de desenvolvimento ou por uma única tecnologia” (*op. cit.*, p. 812). Assim, a abordagem baseada na missão é clara sobre o resultado esperado, mas a trajetória para alcançá-lo pode ter múltiplas soluções. E cada uma dessas soluções deve envolver um conjunto de ações ou instrumentos específicos para possibilitar a sua implementação. Tais instrumentos podem ser tanto políticas ou incentivos já existentes quanto ações práticas experimentais. Nesse sentido, o objetivo da missão apontaria para o nível estratégico da intervenção, isto é, o objetivo de desenvolvimento transformador. Já os projetos potenciais representam o nível tático, ou seja, apontam para os diferentes caminhos possíveis para se alcançar o objetivo da missão.

Tão importante quanto estruturar a lógica “vertical” da missão – nível estratégico condicionado ao cumprimento do nível tático, que, por sua vez, está condicionado ao cumprimento operacional –, deve ser estruturar também a sua lógica “horizontal”, isto é, como garantir que as entregas da missão estejam em diálogo entre si, e com outras missões. Para isso, são necessários “sinalizadores” do progresso da missão, que indiquem o *status* de cumprimento por cada uma das IFDs das ações e instrumentos propostos. Esses “sinalizadores” podem ser indicadores pactuáveis pela ABDE junto as IFDs ou mesmo indicadores para serem pactuados entre as IFDs e as empresas específicas. Por meio desses indicadores pactuáveis será possível não somente acompanhar o desempenho da missão mas também avaliar a lógica da intervenção por meio das avaliações de eficiência, eficácia e efetividade. Nesse sentido, o SNF – e as IFDs, em particular – será eficiente se conseguir implementar os *drivers* da transformação propostos. Será eficaz se conseguir desenvolver os projetos potenciais, ou, na linguagem de Mazzucato (2018), as soluções individuais da missão. Finalmente, será efetivo se conseguir, por meio da realização dos múltiplos projetos potenciais, alcançar o objetivo estratégico da missão (desenvolvimento transformador).

Para cada missão, apontaram-se também os desafios envolvidos, bem como as propostas classificadas em cinco temas principais: i) disseminação do papel do SNF; ii) internalização e adequação dos ODS nos marcos institucionais

eregulatórios do SNF; iii) articulação com atores estratégicos; iv) perenidade e diversificação das fontes de recursos para as IFDs; e v) fortalecimento do uso de instrumentos financeiros inovadores. Para a implementação de cada missão foram discutidos possíveis mecanismos de coordenação dos protagonistas do desenvolvimento – os próprios membros do SNF, identificados como líderes de cada missão. O quadro 3 organiza essa lógica, tendo como correspondente uma figura para cada missão, adotada como modelo para a sistematização e visualização dos seus níveis estratégicos, táticos, operacionais e setoriais.

QUADRO 3
Quadro síntese das missões do Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável

Nome da missão	
ODS principal	Dois ODS que orientam o desafio central da missão.
ODS recrutados	ODS ligados aos projetos e que apoiam os ODS carro-chefe.
Justificativa	Alinhar com diagnósticos dos ODS, por região.
Meta	Combinação de indicadores dos ODS.
Setores promissores	Diagnóstico de oportunidades (quadrantes).
Busca por futuro	Apoio à construção/exploração de oportunidades até o presente apenas vislumbradas: atividades de alta complexidade/alto peso na estrutura produtiva/alta geração de emprego/baixa emissão de carbono/baixo perfil de financiamento do SNF.
Manutenção	Setores com: atividades de alta complexidade/alto peso na estrutura produtiva/alta geração de emprego/baixa emissão de carbono/alto perfil de financiamento do SNF.
Transformação	Setores com: atividades de baixa complexidade/baixo peso na estrutura produtiva/baixa geração de emprego/alta emissão de carbono/alto perfil de financiamento do SNF.
Protagonistas do desenvolvimento	Identificados a partir da análise do perfil do SNF. Inclui também, os atores do SNF que podem e devem ser puxados para a missão.
<i>Driver</i> da transformação	Fundos já existentes. Exemplo: Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Tesouro, Fundo Clima etc.
Indicadores pactuáveis pelo SNF	Diagnóstico do SNF.
Projetos potenciais	Diagnóstico do SNF, <i>benchmark</i> .
Desafios	Possíveis desafios/riscos/resistências para a missão.
Propostas	A partir do diagnóstico do SNF e de <i>benchmarks</i> nacionais e internacionais, quando houver/for relevante na construção da narrativa da proposta.
Implementação	Discutir possíveis mecanismos de coordenação dos protagonistas do desenvolvimento.

Fonte: Estudo-base do Plano ABDE 2030.

3 RESULTADOS DO ESTUDO-BASE DO PLANO ABDE 2030 DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CINCO MISSÕES DE DESENVOLVIMENTO TRANSFORMADOR

3.1 Parte 1 do Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável: os gargalos nacionais e regionais

3.1.1 Resultados do diagnóstico da implementação dos ODS no Brasil

No quadro 4, para cada ODS, foi feito um relatório de diagnóstico com a estrutura apresentada no quadro 1. Todos foram precedidos por destaques que resumem os resultados.

QUADRO 4
Destaques dos diagnósticos ODS

<p>ODS 1: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares</p>	<p>O ODS 1 obteve vitórias importantes, mas estas têm sido revertidas por não terem adquirido caráter estrutural, principalmente nas áreas rurais e entre crianças, adolescentes e jovens até 24 anos.</p> <p>O Auxílio Emergencial, durante a pandemia, em 2020, contribuiu para a redução da pobreza, demonstrando a importância de programas de renda mínima. Mas o seu achatamento em 2021 fez com que a proporção de pobres na população fosse a maior da década.</p> <p>O recrudescimento da pobreza no país indica que a dinâmica da renda e do emprego sucumbiu aos ciclos econômicos, fragilizada por mudanças de diretrizes nas políticas públicas.</p> <p>O SNF pode contribuir para viabilizar todas as metas desse ODS, mas sua atuação está diretamente colocada nas metas 1.4 e 1.a por ser fonte de recursos para o combate à pobreza, com destaque para os fundos constitucionais e de desenvolvimento regional, garantindo acesso a recursos financeiros para projetos econômicos e sociais de geração de renda e de implantação de infraestrutura social.</p>
<p>ODS 2: fome zero e agricultura sustentável</p>	<p>O ODS 2 teve conquistas significativas, mas muitas delas estão sendo revertidas, sobretudo com a pandemia, por não terem adquirido caráter estrutural.</p> <p>O recrudescimento da fome e da insegurança alimentar no Brasil indica que a dinâmica da renda e do emprego sucumbiu aos ciclos econômicos, fragilizada por mudanças de diretrizes nas políticas públicas e pelo desmantelamento das políticas do Estado em prol da segurança alimentar e da agricultura familiar.</p> <p>O alcance do ODS 2 requer ações coordenadas, integradas e multidimensionais sobre a oferta e demanda das cadeias de valor agroalimentares, coordenando, entre outros, as estratégias de diferentes esferas administrativas de governo, o SNF, as empresas do agronegócio e os agentes da agricultura familiar.</p> <p>Do lado do consumo, faz-se necessário reduzir o desperdício das famílias e empresas brasileiras bem como melhorar hábitos alimentares. Do lado da produção, é preciso distinguir estratégias para o agronegócio e para a agricultura familiar, para reduzir a heterogeneidade estrutural de produtividade e salários.</p> <p>O SNF pode apoiar o setor agropecuário ao integrar financiamento, seguro e apoio ao progresso tecnológico, reforçando suas complementaridades. O SNF também deve continuar atuando para fortalecer as capacidades organizativas de pequenos produtores rurais, apoiando iniciativas financeiras de cooperativas, centrais de associações produtivas e redes de comercialização da agricultura familiar, e promovendo técnicas sustentáveis de produção.</p>

(Continua)

(Continuação)

<p>ODS 3: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, de todas as idades</p>	<p>O ODS 3 teve um dos maiores avanços em direção ao cumprimento de suas metas, embora essas não tenham apresentado melhoras suficientes após a pandemia.</p> <p>Antes da pandemia, as metas relativas à mortalidade prematura por doenças não transmissíveis e ao apoio à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias e inovações em saúde e na incorporação dessas tecnologias no Sistema Único de Saúde (SUS) tiveram os maiores retrocessos. Após a pandemia, as metas relativas à razão de mortes maternas, mortes evitáveis de crianças recém-nascidas e número de suicídios foram as que mais retrocederam.</p> <p>O principal papel do SNF nesse indicador é o de financiar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias e inovações direcionadas para a saúde, assim como apoiar a conscientização nacional em relação à importância da vacinação. O SNF também tem papel crucial no financiamento de estados e municípios para modernização e melhoria da infraestrutura de saúde, sem contar os efeitos cruzados com outros ODS, como o apoio a obras de saneamento básico e água potável.</p>
<p>ODS 4: assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade; e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos</p>	<p>Antes da pandemia, as únicas metas do ODS 4 que estavam próximas de serem atingidas, mas que atualmente se encontram ameaçadas, dizem respeito à obrigatoriedade de todas as meninas e todos os meninos completarem o ensino fundamental e médio e à formação de professores.</p> <p>As demais metas têm retrocedido de forma preocupante, evidenciando a piora do desenvolvimento individual, das desigualdades, da infraestrutura das escolas e impactando de forma negativa o desenvolvimento socioeconômico do Brasil nas próximas décadas.</p> <p>O SNF deve estar atento aos efeitos diretos e indiretos da educação para o sistema produtivo. No que se refere ao acesso às creches, por exemplo, o alcance dessa meta é fundamental para ampliar a inserção e a permanência da mulher no mercado de trabalho, especialmente em famílias mononucleares, contribuindo diretamente para redução da desigualdade de gênero e da pobreza. O SNF também tem papel crucial no apoio aos governos municipais e estaduais para financiar a modernização da infraestrutura nas escolas.</p>
<p>ODS 5: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas</p>	<p>A desigualdade de gênero permanece elevada no Brasil em quase todas as formas de avaliação propostas pelos indicadores do ODS 5.</p> <p>Apesar da evolução em algumas metas, em geral a autonomia das mulheres em termos econômicos, de tomada de decisão e físicos ainda está distante da igualdade de gênero.</p> <p>O maior desafio é promover transformações estruturais e institucionais, tornando a cultura de privilégios uma cultura de igualdade, que valoriza a economia do cuidado.</p> <p>O SNF deve ampliar e aprofundar a inclusão financeira das mulheres, bem como de projetos de investimento que contribuam para aliviar assimetrias de gênero, atentando para a infraestrutura do cuidado. Avaliações de impacto poderiam ser desagregadas para considerar o impacto em questões de gênero.</p>
<p>ODS 6: acesso à água segura, gestão dos recursos hídricos e saneamento básico</p>	<p>Entre os avanços do ODS 6, destaca-se o aumento da cobertura de atendimento de rede de água no país, de 81% para 84,1%, entre 2010 e 2020. As regiões Norte e Nordeste, todavia, ainda se encontram em patamares bem abaixo das demais regiões.</p> <p>Entre os desafios, a produtividade da água no Brasil pouco se alterou na última década, mostrando a existência de entraves na adoção de tecnologias que gerem eficiência do uso da água, sobretudo em setores com alta demanda, como saneamento e agropecuária.</p> <p>Estima-se que a lacuna de financiamento para o abastecimento de água e esgoto no Brasil corresponda a cerca de 0,4% do produto interno bruto (PIB) brasileiro nos próximos treze anos. Nas últimas décadas, contudo, foram elencados investimentos de apenas R\$ 12 bilhões por ano, concentrados nas regiões Sudeste e Sul.</p> <p>O SNF pode preencher a lacuna de financiamento do setor por meio de linhas de crédito e recursos não reembolsáveis com destino a instituições tecnológicas, assim como por meio do fomento à inovação para o aproveitamento econômico de resíduos, por meio de diferenciais nas condições de financiamento e criação de fundos específicos. O investimento em tecnologia e inovação é fundamental para solucionar problemas relacionados ao aproveitamento energético de resíduos e à eficiência do uso da água.</p>

(Continua)

(Continuação)

<p>ODS 7: assegurar acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos</p>	<p>O ODS 7 é o único em que o Brasil atingiu a maioria das metas. Isso se deve à notável participação das fontes renováveis, em especial das usinas hidroelétricas em sua oferta interna e capacidade instalada de energia.</p> <p>Contudo, ainda existem desafios consideráveis, como reduzir o preço da energia e dos combustíveis, componentes significativos do Custo Brasil e que oneram sobretudo as famílias de baixa renda, evitando-se crises hídricas associadas à capacidade dos reservatórios das hidroelétricas, às instabilidades nas redes de energia, aos desperdícios e à carência de eletrificação em áreas rurais.</p> <p>O foco do SNF para o ODS 7 deve ser externo, ou seja, fomentar projetos de investimento para o acesso confiável, sustentável e moderno e a preço acessível de energia. Mas também deve promover internamente a energia limpa em suas fontes de abastecimento.</p> <p>As IFDs poderiam focar no fomento de projetos de energia renovável e projetos que ampliem o acesso à energia elétrica e aos combustíveis de cozinha limpos da população rural.</p>
<p>ODS 8: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos e todas</p>	<p>O ODS 8 foi um dos objetivos que mais sofreram durante a pandemia, tanto nas questões do crescimento econômico quanto nas questões sociais de pleno emprego inclusivo e sustentado e trabalho decente.</p> <p>A pandemia também trouxe uma série de novos desafios para o cumprimento do ODS 8, potencializando as tendências negativas, principalmente em países de economias emergentes e em desenvolvimento, como o Brasil.</p> <p>A adoção no Brasil de um modelo de políticas econômicas que desresponsabiliza o Estado em áreas sociais e busca o crescimento da economia com base em atividades de alto impacto ambiental contribuiu para o crescimento do desemprego, da miséria e das desigualdades no país.</p> <p>Com a perspectiva de piora do cenário econômico global a partir de 2022, e tendo em vista o reduzido espaço fiscal do governo para reeditar novas medidas de auxílio às empresas e proteção do emprego, o SNF tem um papel fundamental no auxílio às pequenas e médias empresas (PMEs) e na manutenção da atividade produtiva do país.</p>
<p>ODS 9: construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação</p>	<p>Houve piora no cumprimento do ODS 9, sobretudo com a queda da participação da indústria de transformação, da intensidade de emissões, do dispêndio em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em relação ao PIB e da proporção do valor adicionado nas indústrias de média e alta tecnologia. Essa piora reflete a perda da capacidade produtiva da economia brasileira, além da prolongada e lenta retomada do mercado de trabalho no país, configurando um quadro extremamente preocupante para a manutenção do crescimento e para a resiliência da economia do país.</p> <p>A pandemia revelou a elevada sensibilidade das cadeias produtivas nacionais às importações, abrindo espaço para a produção doméstica de diversos insumos hospitalares e outros bens necessários para o enfrentamento à pandemia. A queda da capacidade produtiva, no entanto, acabou limitando essa resposta, sobretudo no que tange a bens de maior complexidade.</p> <p>O SNF tem papel crucial no apoio à diversificação produtiva e ao aumento da complexidade econômica, ao possibilitar a ampliação da capacidade produtiva não somente da indústria de transformação, mas especificamente nas indústrias de maior intensidade tecnológica.</p> <p>O SNF deve priorizar o estímulo à P&D no âmbito das empresas, o uso de recursos e a maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados. Esse apoio pode se dar diretamente para as empresas, por meio de linhas de financiamento ou incentivos específicos, ou por meio do apoio aos sistemas nacionais e estaduais de inovação, estimulando a interação entre universidades e empresas, financiando a pesquisa e fomentando a formação de mão de obra qualificada.</p>

(Continua)

(Continuação)

<p>ODS 10: reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles</p>	<p>O cumprimento do ODS 10 se encontra consideravelmente comprometido. Antes da pandemia, a desigualdade racial de renda no Brasil estava estagnada. Além da renda, os números de violações de direitos humanos, em geral, aumentaram nos últimos anos (2017-2020).</p> <p>A pandemia evidenciou ainda mais a distância existente entre pobres e ricos. Tendo em vista o agravamento das desigualdades nesse período, o cumprimento das metas do ODS 10 requer solução urgente para redução das assimetrias econômicas, via tributária, e ampliação permanente dos programas de transferência de renda.</p> <p>O SNF tem o importante papel de fomentar a construção de indicadores de solidez financeira à luz de uma política fiscal e econômica embasada nos direitos humanos, bem como direcionar investimentos privados nas diferentes regiões de modo a reduzir as desigualdades intrarregionais.</p>
<p>ODS 11: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</p>	<p>O Brasil apresenta grandes desafios no que tange a políticas de habitação, saneamento básico e acesso ao transporte público nas cidades. Alto percentual da população urbana ainda vive em domicílios inadequados, e as cidades brasileiras dependem do transporte rodoviário, modelo que gera ineficiências econômicas e ambientais.</p> <p>O avanço no mapeamento de eventos e gestão de riscos climáticos não foi suficiente para reduzir o número de impactados e os prejuízos, que correspondem a R\$13,33 bilhões por ano. Apenas 25,10% dos municípios mapeiam áreas de risco de enchentes ou inundações, enquanto 4,42% possuem sistema de alerta antecipado de desastres.</p> <p>Quase metade das cidades brasileiras não possui diretrizes de planejamento urbano sustentável e inclusivo. Em 2017, apenas 25,3% dos municípios brasileiros apresentaram plano diretor que contemplasse a prevenção de enchentes, inundações ou enxurradas e 23,1% apresentaram leis de uso e ocupação do solo cobrindo esses mesmos aspectos.</p> <p>A última década viu a redução da cobertura de coleta domiciliar de resíduos sólidos, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Entre os principais entraves à gestão de resíduos sólidos no Brasil está o adiamento da efetivação da política nacional de resíduos e de redução dos lixões.</p> <p>Os setores de habitação, infraestrutura urbana, eletrificação das frotas de ônibus e diversificação dos meios de transporte demandam grande fluxo de investimentos. Nesse sentido, destaca-se o desenvolvimento de arranjos financeiros mais eficientes por parte do SNF, considerando-se: a elaboração de diretrizes e políticas para a priorização de investimentos urbanos sustentáveis; a captação de recursos internacionais; a implementação de políticas de conformidade socioambiental no SNF; e a cooperação com instituições e agências que estruturam projetos de infraestrutura urbana sustentável.</p> <p>Dado que a infraestrutura urbana é financiada por diversas fontes de recursos – próprios das prefeituras, transferências de capital e operações de crédito –, é necessária alta coordenação do SNF para direcionar os recursos de acordo com as metas do ODS 11. A viabilidade econômica desses projetos é outro desafio para o SNF, principalmente fatores como o endividamento dos municípios e a falta de atratividade para o setor privado.</p>
<p>ODS 12: assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis</p>	<p>Nos últimos anos, o Brasil tem retrocedido em praticamente todas as metas do ODS 12. A flexibilização do ordenamento jurídico, o enfraquecimento dos órgãos de controle, a redução da fiscalização e a ausência de dados atualizados sobre o contexto da produção e consumo consciente podem agravar esse quadro.</p> <p>O consumo sustentável se restringe a uma parcela privilegiada da população, na medida em que o consumo dos mais pobres é restrito pela crise econômica e pela pandemia.</p> <p>O SNF pode expandir linhas de financiamento de processos de produção sustentável e de agricultura com baixa emissão de carbono, além de investir em pesquisas, desenvolvimento e inovação, e identificar alternativas para viabilizar processos e produtos mais sustentáveis.</p> <p>O SNF também pode apoiar a economia circular, seja por meio de linhas de financiamento específicas para essa finalidade, seja por meio de “bônus” para empresas que se inserem nesse modelo e contribuem para a manutenção e expansão das práticas de sustentabilidade, estimulando a publicação de relatórios com indicadores auditáveis <i>environmental, social and governance</i> (ESG), cuja tradução é ambiente, social e governança.</p>

(Continua)

(Continuação)

<p>ODS 13: tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos</p>	<p>Nos últimos anos, o Brasil passou por uma série de mudanças regulatórias e institucionais, sobretudo nos órgãos responsáveis pela fiscalização ambiental, que dificultaram o alcance do ODS 13. Os próprios mecanismos norteadores da política climática brasileira sofreram retrocessos, como a redução da ambição das metas da contribuição nacionalmente determinada.</p> <p>Ainda que as modalidades de financiamento para a adaptação às mudanças climáticas de apoio bilateral e multilateral tenham avançado nos últimos anos, é necessário um aumento significativo e incentivo ao financiamento público e privado direcionados à adaptação.</p> <p>O SNF pode ter um importante papel no próximo ciclo do Plano Nacional de Adaptação, direcionando e coordenando o fomento às ações de desenvolvimento em concordância com as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) nos setores estratégicos, sobretudo aqueles que demandam altos investimentos, como: eficiência energética; obras de infraestrutura para o aumento da resiliência aos impactos climáticos; energias renováveis; e transporte de baixo carbono, entre outras estratégias intersetoriais.</p> <p>O SNF também pode fazer parcerias com governos locais para o financiamento de ações ligadas à gestão de riscos e redução de vulnerabilidades, além de alinhar os instrumentos de financiamento existentes com as diretrizes da PNMC para os setores estratégicos e coordenar novos mecanismos e instrumentos de financiamento climático, como as iniciativas de créditos de carbono.</p>
<p>ODS 14: conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos</p>	<p>O acesso dos pescadores artesanais aos recursos marinhos tem sido comprometido de diversas formas, principalmente devido à competição com a pesca industrial de larga escala. Também existem lacunas em infraestrutura e investimentos, além de discrepância de tecnologia e de habilidades profissionais necessárias para atingir os padrões internacionais de qualidade no mercado pesqueiro.</p> <p>Investimentos relativos ao ODS 14 são estratégicos para o desenvolvimento inclusivo e sustentável no ambiente marinho e costeiro do Brasil, que concentra 26% da população brasileira, em especial, comunidades ribeirinhas que dependem da manutenção da provisão de serviços ambientais.</p> <p>O SNF pode ser decisivo para a estruturação de unidades de conservação marinhas, em especial atuando na sua concessão. O SNF pode, ainda, apoiar a implantação de novas tecnologias para melhor aproveitamento do pescado marinho e a aquisição de aparelhos e outros materiais para os pescadores artesanais, além de incentivar modalidades de captura de pescado mais sustentáveis ou alternativas para diversificar as atividades, incentivando a produção pesqueira em cativeiro.</p>
<p>ODS 15: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade</p>	<p>Entre os desafios para a implementação do ODS 15 no Brasil está a crescente perda de vegetação nativa em diversos biomas, com destaque para o desmatamento na Amazônia, que atingiu 13 mil km² entre agosto de 2020 e julho de 2021, 21% de aumento em relação ao ano anterior.</p> <p>Os gases de efeito estufa lançados na atmosfera pelas mudanças do uso da terra aumentaram 23,6% em 2021 devido ao avanço do desmatamento em biomas como Amazônia e Cerrado que, por sua vez, estão associados à redução do orçamento para fiscalização e monitoramento. Outros desafios incluem a sobre-exploração de espécies do ambiente continental, a redução na ambição das metas nacionais em 2021 e o avanço da desertificação no semiárido e da savanização na Amazônia.</p> <p>O SNF tem papel central no crescimento dos investimentos na conservação e uso sustentável de ecossistemas terrestres no Brasil, incluindo: a criação de oportunidades de exploração da floresta em pé, complementar aos instrumentos de comando e controle; linhas de financiamento para programas de restauração e economia florestal em que se destaca a atuação do BNDES, com o Fundo Clima e o BNDES Finem, voltado à recuperação e conservação de ecossistemas e biodiversidade; ações de fomento à restauração de pastagens degradadas e implementação de práticas agrícolas conservacionistas, como o plantio direto e a rotação de culturas, a integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF) e os sistemas agroflorestais, aproveitando a enorme capilaridade do SNF no país; apoiar ações de regularização ambiental com a validação do Cadastro Ambiental Rural, sobretudo por meio do BNDES; e atuar mais diretamente no financiamento da biodiversidade a partir de produtos da bioeconomia.</p>

(Continua)

(Continuação)

<p>ODS 16: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis</p>	<p>O ODS 16 está entre os objetivos da Agenda 2030 perante os quais o Brasil enfrenta maiores desafios. Um deles é a violência, fortemente marcada por vieses de gênero e raça. Quanto ao fortalecimento institucional do Estado brasileiro, apesar dos avanços na primeira metade da década de 2010, houve recentemente retrocessos que comprometem a democracia.</p> <p>Quanto à violência, o SNF poderia agir de maneira indireta, a partir de seus investimentos em projetos econômicos e sociais; e direta, com fomento a projetos de segurança pública das administrações públicas regionais e locais.</p> <p>No que se refere à justiça, o SNF tem papel fundamental no que diz respeito ao combate a fluxos financeiros ilegais (meta 16.4) e combate à corrupção, sonegação e suborno (meta 16.5), a partir do fortalecimento do <i>compliance</i>, seja das instituições financeiras individualmente, seja de seu conjunto.</p> <p>Portanto, o foco do SNF e das IFDs para o ODS 16 precisa ser ao menos interno, ou seja, cuidar e fortalecer suas próprias instituições e fomentar estratégias para relações pacíficas e inclusivas entre todos os agentes da cadeia de investimento e fomento, com instituições sólidas, justas, eficazes e responsáveis.</p>
<p>ODS 17: fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável</p>	<p>O ODS 17 é entendido como metas de governança e pode ser dividido em: finanças, tecnologia e capacitação, comércio e questões sistêmicas. Sobre as metas relacionadas à tecnologia, o esforço de atualização na rede de infraestrutura tecnológica levou ao aumento do acesso à internet em nível nacional e à diminuição da desigualdade de acesso entre áreas urbanas e rurais.</p> <p>Na capacitação internacional, houve descontinuidade da cooperação técnica com países menos desenvolvidos e queda dos montantes dispendidos para assistência internacional. No comércio exterior, o país impõe e é atingido por tarifas aduaneiras.</p> <p>Quanto às questões sistêmicas, foram observados: ambiente macroeconômico instável, diminuição dos recursos do IBGE para elaboração do Censo Demográfico 2020, bem como para a geração de estatísticas para o monitoramento dos ODS no Brasil; e ausência de um sistema de coordenação de políticas para o desenvolvimento sustentável.</p> <p>O SNF pode desenvolver ações e estratégias claras no sentido de manter balanços financeiros sólidos para atuar de forma anticíclica e atender a gastos extraordinários de forma rápida e eficaz; participar de redes de parcerias, alianças e cooperação com outras instituições financeiras para capacitação, troca de experiências, acesso a <i>fundings</i> e dar mais capilaridade ao sistema; apoiar a estruturação de projetos de infraestruturas que fortaleçam a inclusão financeira e minimizem as desigualdades regionais e sejam financeiramente sustentáveis ao longo do tempo; e fortalecer, diversificar e criar instrumentos financeiros compatíveis com os desafios específicos de cada iniciativa.</p>

Fonte: Estudo-base do Plano ABDE 2030.

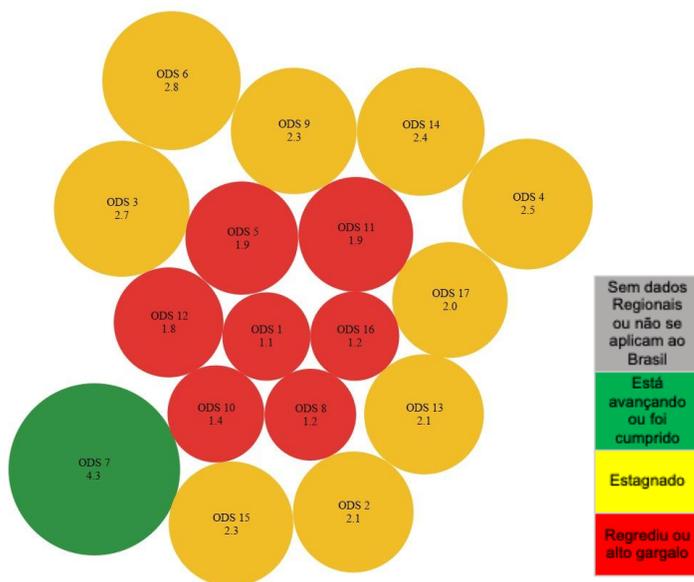
Para cada um dos indicadores das metas de cada ODS foi dada nota zero, um, três ou cinco segundo o seu estágio de implementação: o valor zero foi dado aos indicadores sem dados ou que não se aplicam ao Brasil;¹⁷ o valor um foi dado aos indicadores que regrediram ou não devem ser cumpridos; o valor três foi dado aos indicadores que estagnaram; e o valor cinco foi dado aos indicadores que avançaram ou foram cumpridos. Em seguida, foi calculada a média simples para cada ODS. Os círculos verdes e maiores representam ODS com média superior a quatro, ou seja, que avançaram ou foram cumpridos; os círculos amarelos representam os ODS com média entre dois e quatro, ou seja, que estagnaram; e os círculos menores em vermelho representam os ODS com média entre zero e dois, ou seja, que regrediram ou não serão cumpridos.

17. No Brasil, pouco menos da metade dos indicadores internalizados são mensurados, e o desafio de monitorar os ODS pode ser explicado pela ausência de métodos de cálculo em nível global para algumas metas, bem como de dados e séries estatísticas desagregadas, contínuas e atualizadas no país. Um sistema robusto de monitoramento das metas e indicadores da Agenda 2030 poderia ter impacto positivo na atuação do SNF nos ODS, contribuindo para a identificação de prioridades de financiamento pelos atores do sistema.

A análise da implementação dos ODS no Brasil mostra que o cumprimento das metas da Agenda 2030 está seriamente comprometido. Entre o ODS 17, sete regrediram ou não deverão ser cumpridos até 2030, oito estão estagnados e apenas um avançou ou já foi cumprido. O ODS 1 (pobreza) se destaca com a pior média (1.1), seguido dos ODS 8 (emprego e trabalho) e ODS 16 (paz e justiça), com média 1.2 cada, e do ODS 10 (desigualdade), com média 1.4, como apresentado na figura 5.

É importante notar que enquanto a figura 5 apresenta um diagnóstico da dinâmica dos ODS no Brasil, ou seja, se avançaram, estagnaram ou regrediram, a tabela 1 apresenta um diagnóstico estático dos ODS nas regiões do Brasil, indicando o nível de cumprimento das metas em cada região. Por exemplo, enquanto a análise ICS e SDSN indica grau de cumprimento satisfatório em todas as regiões para o ODS 7 e ODS 11, a análise nacional sugere que somente o ODS 7 estaria avançando. É possível verificar ainda que os ODS 2, 14, 15 e 17 não só se encontram em níveis insatisfatórios em todas as regiões, segundo os parâmetros do ICS e SDSN, como aparecem também como estagnados na análise da tabela 1. As duas análises, portanto, são em grande medida complementares.

FIGURA 5
Estágio de implementação dos ODS no Brasil



Fonte: Estudo-base do Plano ABDE 2030.

Obs.: Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Para a quantificação dos gargalos regionais, tomou-se a média da pontuação de cada ODS por município, para o ano 2020, disponível na base Instituto Cidades Sustentáveis (ICS) e SDSN, a mesma utilizada na análise de complexidades apresentada na subseção 2.2.1. A tabela 1 apresenta o radar ODS extraído da base ICS e SDSN.

TABELA 1
Radar ODS por região

Média da pontuação por região	Regiões	ODS																
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
< 40,99	Centro-Oeste	62	42	57	48	35	59	93	52	53	53	86	54	65	25	12	41	19
50 a 59,99	Nordeste	55	45	54	38	35	47	86	36	53	51	82	48	81	18	18	39	15
60 a 69,99	Norte	66	48	54	37	34	43	68	40	49	43	77	49	51	16	21	40	13
70 a 100	Sudeste	68	42	59	54	39	74	98	55	60	57	83	64	84	46	20	58	27
Sem dados	Sul	61	44	60	58	46	63	97	63	51	61	89	76	72	23	5	53	29

Fonte: IDSC e SDSN. Disponível em: <<http://idsc.cidadessustentaveis.org.br>>.

Elaboração dos autores.

Obs.: Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

A figura 6 apresenta o estágio de implementação das metas dos ODS por região nos mesmos parâmetros da análise realizada no nível nacional, quais sejam: cinza para metas que não se aplicam ao Brasil ou sem dados regionais; verde para regiões que avançaram ou já cumpriram o ODS; amarelo para regiões que se mantiveram estagnadas; vermelho para regiões que regrediram ou não cumprirão o ODS. Ressalta-se que, em casos em que há mais de um indicador para uma meta, foi utilizado a média dos indicadores para sua classificação.

FIGURA 6
Estágio de implementação das metas ODS por região

6A – ODS 1 a ODS 5

Macrorregião	ODS 1 - Erradicação da Pobreza	ODS 2 - Fome zero e Agricultura					ODS 3 - Saúde e Bem estar				ODS 4 - Educação Inclusiva				ODS 5 - Igualdade de Gênero					
		2.1	2.2	2.3	2.4	2.b	3.1	3.2	3.4	3.7	4.1	4.2	4.5	4.6	4.a	4.c	5.4	5.5	5.a	5.b
Centro-Oeste	Não há dados regionalizados para esse indicador	Red	Red	Red	Green	Green	Grey	Red	Red	Red	Grey	Grey	Red	Yellow	Yellow	Red	Red	Red	Red	Yellow
Nordeste		Red	Red	Red*	Green	Green	Red	Red	Red	Red	Red	Red	Red*	Red	Red	Red	Red*	Red	Green	Red
Norte		Red	Red	Red	Green	Green	Red	Red	Red	Red	Red	Red	Red*	Red	Red	Red	Red	Red	Red	Red
Sudeste		Red	Red	Red	Yellow	Green	Red	Red	Red	Red	Green	Red	Red	Yellow	Yellow	Green	Red	Red	Red	Red
Sul		Red	Red	Red	Red	Green	Red	Red	Red	Red	Red	Red	Red	Yellow	Yellow	Green	Red	Red	Red	Red
Brasil		Red	Red	Green	Red	Red	Red	Red	Red	Red	Green	Green	Red	Yellow	Red	Yellow	Red	Red	Green	Red

6B – ODS 6 a ODS 10

Macroregião	ODS 6 - Água Potável e Saneamento						ODS 7 - Energia Renovável			ODS 8 - Emprego Decente e Crescimento Econômico	ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura		ODS 10 - Redução das Desigualdades
	6.1	6.2	6.4	6.5	6.6	6.b	7.1	7.2	7.3	8.5	9.2	9.b	
Centro-Oeste	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	Não há dados regionalizados para esse indicador
Nordeste	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Norte	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Sudeste	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Sul	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Brasil	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	

6C – ODS 11 a ODS 17

	ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis				ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis	ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima	ODS 14 - Vida na água	ODS 15 - Vida Terrestre		ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes		ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação
	11.1	11.5	11.6	11.a	12.6	13.1	14.4	15.1	15.3	16.1	16.2	
Centro-Oeste	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	Não há dados regionalizados para esse indicador
Nordeste	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Norte	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Sudeste	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Sul	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Brasil	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	

Fonte: Estudo-base do Plano ABDE 2030.

Obs.: 1. (*) – maiores gargalos.

2. Figura cujos layout e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Como se depreende da figura 6, os únicos objetivos que não apresentaram informações regionais para nenhuma meta foram os ODS 1, 10 e 17, no entanto, para os demais, a maioria das metas não tem informações referentes às regiões. O Nordeste foi a região com o maior número de gargalos, pois regrediu e/ou apresentou grandes desigualdades em relação às demais regiões em 29 metas, seguido pelo Norte em 28, Centro-Oeste em 13, Sul em 11 e Sudeste em 8 metas.

O Nordeste apresenta gargalos em quase todas as metas com informações regionais disponíveis e os gargalos ressaltados em comparação com outras regiões foram principalmente do eixo social (ODS 1, 2, 3, 4, 5, 7, 11 e 16), como o ODS 2 – fome zero e agricultura. A meta 2.3, referente à produtividade da agricultura familiar, que sofreu duras reduções econômicas no período de pandemia, as metas 4.5, referente à igualdade de gênero e raça na educação, 5.4 sobre a desigualdade de gênero no trabalho e 16.1, em relação às altas taxas de violência e homicídios.

A região Norte, assim como o Nordeste, tem gargalos para quase todas as metas com informações disponíveis regionalmente, o que demonstra uma grande desigualdade dessas duas regiões em relação às demais. O gargalo mais destacado para a região Norte foi na meta 16.1, pelo mesmo motivo citado para a região Nordeste. No eixo ambiental (ODS 6, 13, 14 e 15), o Norte e Nordeste foram as

únicas regiões com gargalos no ODS 15, vida terrestre, e, juntamente com o Sul, apresentaram tendência de aumento de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes (meta 13.1). Gargalos regionais também são notáveis no eixo econômico. O Norte e o Nordeste apresentam gargalos nos ODS 8 – emprego decente e crescimento econômico –, em relação ao salário médio por hora e à taxa de desocupação, e no ODS 9 (indústria, inovação e infraestrutura), no que tange à cobertura da infraestrutura de transportes, assim como o Sudeste na meta 9.b – proporção do valor adicionado nas indústrias de média e alta intensidade tecnológica no valor adicionado.

As regiões Sul e Centro-Oeste apresentaram resultados discrepantes de taxas de suicídios, portanto são as únicas regiões com gargalo na meta 3.2, enquanto o Sudeste foi a única região com gargalo na meta 12.6 por apresentar um número reduzido de empresas que publicam relatórios de sustentabilidade. Todas as regiões brasileiras apresentaram gargalo nas metas 2.1 e 2.3, referentes à produtividade e ao rendimento das atividades de agricultura familiar, pois essas atividades passaram a regredir com a pandemia, e nas metas 4.5, 5.4 e 5.5, já mencionadas.

3.1.2 Resultados do diagnóstico dos desafios do SNF na internalização dos ODS

O principal objetivo dessa análise é avaliar o grau de internalização da Agenda 2030 no âmbito estratégico das IFDs. Nesse aspecto, chama atenção que apenas oito (Badesul, Bandes, BB, BDMG, BNDES, Cresol, Desenvolve SP e Goiás Fomento)¹⁸ das dezoito¹⁹ IFDs analisadas mencionam explicitamente a Agenda 2030 como norteadora da sua estratégia.

O ODS mais mencionado diretamente nos documentos é o ODS 8 – trabalho decente e crescimento econômico (figura 7, linha azul). Considerando que a maioria das IFDs não faz referência explícita à Agenda 2030, procedeu-se à análise das citações indiretas aos ODS (figura 7, linha vermelha). Nesse panorama ampliado, ganham destaque os ODS 8 e 9 – indústria, inovação e infraestrutura –, ambos diretamente relacionados à atividade finalística dessas instituições: fomento ao micro, pequeno, e médio empreendedor (MPME) e financiamento à infraestrutura. A maior ocorrência de citações relacionadas aos ODS 8 e 9 sugere concentração dos objetivos e ações das IFDs em temas econômicos, e essa concentração pode ser observada tanto nas IFDs que já adotam explicitamente a Agenda 2030 (figura 7, linha azul) quanto naquelas que ainda não citam diretamente os ODS (figura 7, linha vermelha).

18. Apesar de a estratégia de longo prazo do BNDES citar indiretamente os ODS, o banco vinculou as metas do seu Plano Trienal com a Agenda 2030 e foi o primeiro banco de desenvolvimento no Brasil a apresentar os seus desembolsos por ODS selecionados. Além das IFDs incluídas na análise, cumpre ressaltar que o Banco da Amazônia S/A (Basa) e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) também alinharam o planejamento estratégico com a Agenda 2030.

19. BB, BDMG, BNDES, Finep, Desenbahia, Badesc, Sicredi, Fomento PR, Afeam, AgeRio, AGN, Desenvolve MT, GoiásFomento, Bandes, Desenvolve SP, Cresol, Badesul e BNB.

Elevada incidência e grau de prioridade também são atribuídos a objetivos e ações classificados no ODS 16 – paz, justiça e instituições eficazes. Isso pode ser explicado pelo fato de que grande parte das instituições analisadas priorizam ações internas de fortalecimento institucional, como aumento de transparência e combate à corrupção, embora não haja menção explícita a esse ODS. Por um lado, essas ações encontram aderência à Agenda 2030, por também se relacionarem ao ODS 17 – parcerias e meios de implementação –, possibilitando o financiamento de ações locais. Por outro lado, em muitos casos analisados, observa-se que as preocupações com aspectos gerenciais/internos da instituição se sobressaem em relação aos objetivos de geração de impacto. Por isso, é importante que as IFDs tenham clareza para diferenciar e equilibrar os objetivos estratégicos e de longo prazo dos objetivos operacionais de curto e médio prazo. A figura 7 resume os principais resultados.

FIGURA 7
ODS citados nos documentos oficiais do SNF



Fonte: Estudo-base do Plano ABDE 2030.

Obs.: Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

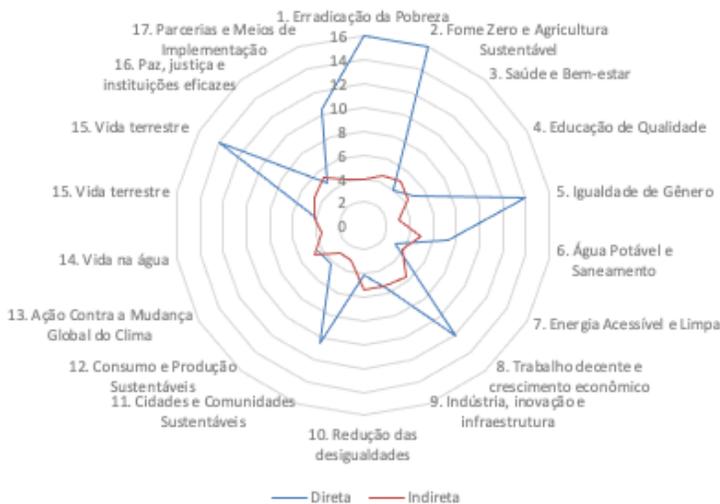
Tendo em vista que não foi possível captar a dimensão gargalo em grande parte dos documentos analisados (indicador gargalo = 1), a diferença entre o indicador prioridade e o PG Index é pouco significativa. Ainda assim, a análise foi realizada utilizando o maior valor atribuído a esse indicador para contabilizar os poucos casos em que foi possível incorporar a dimensão gargalo. A figura 8 apresenta o PG Index médio por ODS diferenciando por citações diretas e indiretas aos ODS, sendo as citações diretas em azul e as indiretas em vermelho.

Essa diferenciação pode ser usada como *proxy* para internalização do ODS, uma vez que, quando citado diretamente, pode indicar que a instituição já adotou esse ODS como parte da sua estratégia.

A comparação entre o PG Index nas citações diretas e indiretas revela que as instituições apresentam maior facilidade para identificar estratégias e ações prioritárias relacionadas a determinados ODS – especificamente, os ODS 1, 2, 5, 8, 11 e 15 (figura 8, linha azul), mas tendem a ignorar grande parte dos objetivos e ações prioritárias com potencial para a contribuição para Agenda 2030 (figura 8, linha vermelha). O contraste entre as duas linhas sugere que, à medida que houver maior conscientização da Agenda 2030, haverá espaço para internalização *equilibrada* dos ODS em harmonia com os objetivos e ações já em curso por essas instituições.

A comparação entre as duas linhas também aponta uma diferença importante: o PG Index médio dos ODS mencionados explicitamente é maior do que o PG Index médio dos ODS ainda não internalizados. Essa diferença pode ser atribuída à variável gargalo que compõe o indicador. Uma interpretação possível é que, nos casos em que os ODS foram internalizados, a instituição apresenta maior clareza dos problemas e gargalos a serem enfrentados e, com isso, consegue diferenciar melhor as prioridades em seus planos estratégicos.

FIGURA 8
PG Index médio por ODS



Fonte: Estudo-base do Plano ABDE 2030.

Obs.: Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

O último resultado extraído dessa análise é a matriz de interação entre os ODS, que sugere as possíveis interações observadas entre os ODS nos documentos das IFDs. Para a construção dessa matriz foram utilizadas as interações citadas diretamente nos documentos, bem como as interações observadas indiretamente, a partir de elementos do próprio documento. Um aspecto relevante dessa análise é a observação da direção dessa interação, isto é, se ela é percebida como positiva ou negativa pela instituição. A matriz de interação oferece o valor médio para todas as interações observadas (tabela 2). Nota-se que não aparece na matriz nenhuma interação negativa e que para várias combinações de ODS não foram capturadas nenhuma interação.

TABELA 2
Matriz de interação entre os ODS

Impacto de ↓	em →																
ODS	1. Erradicação da Pobreza	2. Fome Zero e Agricultura Sustentável	3. Saúde e Bem-estar	4. Educação de Qualidade	5. Igualdade de Gênero	6. Água Potável e Saneamento	7. Energia Acessível e Limpa	8. Trabalho decente e crescimento econômico	9. Indústria, Inovação e Infraestrutura	10. Redução das desigualdades	11. Cidades e Comunidades Sustentáveis	12. Consumo e Produção Sustentáveis	13. Ação Contra a Mudança Global do Clima	14. Vida na água	15. Vida terrestre	16. Paz, justiça e instituições eficazes	17. Parcerias e Meios de Implementação
1. Erradicação da Pobreza	0.0	3.0	0.0	2.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	3.0	2.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	3.0
2. Fome Zero e Agricultura Sustentável	3.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2.8	1.0	3.0	0.0	2.5	2.2	0.0	2.5	0.0	2.0
3. Saúde e Bem-estar	0.0	0.0	0.0	0.0	2.0	2.0	0.0	2.0	3.0	2.5	1.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
4. Educação de Qualidade	2.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2.7	1.0	2.2	1.3	2.5	0.0	0.0	0.0	2.0	0.0
5. Igualdade de Gênero	0.0	0.0	2.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2.6	2.7	3.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2.0	0.0
6. Água Potável e Saneamento	0.0	0.0	2.0	0.0	0.0	0.0	2.0	0.0	0.0	1.8	2.0	2.5	3.0	2.0	3.0	1.0	1.0
7. Energia Acessível e Limpa	0.0	0.0	0.0	0.0	2.0	0.0	0.0	0.0	2.5	3.0	3.0	2.4	2.0	0.0	3.0	3.0	0.0
8. Trabalho decente e crescimento econômico	0.0	2.8	2.0	2.7	2.6	0.0	0.0	0.0	2.3	2.6	2.3	1.7	3.0	0.0	1.5	2.0	0.4
9. Indústria, Inovação e Infraestrutura	0.0	1.0	3.0	1.0	2.7	0.0	2.5	2.3	0.1	2.2	2.4	2.2	2.5	0.0	3.0	2.0	1.7
10. Redução das desigualdades	3.0	3.0	2.5	2.2	3.0	1.8	3.0	2.6	2.2	0.0	1.0	3.0	0.0	0.0	0.0	2.3	3.0
11. Cidades e Comunidades Sustentáveis	2.0	0.0	1.0	1.3	0.0	2.0	3.0	2.3	2.4	1.0	0.0	0.0	1.3	0.0	0.0	1.5	2.0
12. Consumo e Produção Sustentáveis	0.0	2.5	0.0	2.5	0.0	2.5	2.4	1.7	2.2	3.0	0.0	1.5	2.3	0.0	0.0	2.5	0.0
13. Ação Contra a Mudança Global do Clima	0.0	2.2	0.0	0.0	0.0	3.0	2.0	3.0	2.5	0.0	1.3	2.3	0.0	2.2	2.4	1.8	2.3
14. Vida na água	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2.2	0.0	0.0	0.0	0.0
15. Vida terrestre	0.0	2.5	0.0	0.0	0.0	3.0	3.0	1.5	3.0	0.0	0.0	0.0	2.4	0.0	1.0	0.0	0.0
16. Paz, justiça e instituições eficazes	0.0	0.0	0.0	2.0	2.0	1.0	3.0	2.0	2.0	2.3	1.5	2.5	1.8	0.0	0.0	0.0	1.7
17. Parcerias e Meios de Implementação	3.0	2.0	0.0	0.0	0.0	1.0	0.0	0.4	1.7	3.0	2.0	0.0	2.3	0.0	0.0	2.0	0.1

Fonte: Estudo-base do Plano ABDE 2030.

Obs.: Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

A ausência de interação negativa entre os ODS identificados nos documentos analisados sugere a falta de percepção das instituições sobre os efeitos negativos entre os setores (efeito transbordamento). Esse ponto está ligado, também, à lacuna de um diagnóstico dos gargalos existentes para potencializar a Agenda 2030 dentro das estratégias das IFDs, e pode ser um ponto de entrave para o SNF alavancar os ODS de forma sistemática.

Os ODS 9, 11 e 13 – indústria, inovação e infraestrutura; cidades e comunidades sustentáveis; e ação contra a mudança global do clima – correspondem aos temas da Agenda 2030 captados nos documentos das IFDs que mais interagem positivamente com outros ODS em termos de frequência. Esse resultado indica como o SNF identifica o potencial dos respectivos ODS para alavancar outras áreas de interesse da Agenda 2030.

A elaboração da Agenda 2030 foi feita dentro de uma lógica sistêmica em que os ODS devem ser alavancados de forma coordenada para que os objetivos avancem concomitantemente nos setores da sociedade. No entanto, entre os ODS principais identificados nas estratégias de atuação das IFDs, são poucos os casos em que a sua interação com outros ODS está explícita nos documentos. Isto é, em muitos casos, as IFDs limitam suas estratégias de desenvolvimento sustentável ao seu escopo de atuação, mostrando a falta de uma visão mais abrangente de seus objetivos estratégicos.

Para identificar os gargalos regionais, tomou-se o grau de prioridade atribuído aos ODS nos planos estratégicos das IFDs que atuam na região. Para tanto, as IFDs foram classificadas conforme sua área de atuação regional. Na sequência, foi calculado o PG Index (prioridade x gargalo) médio por ODS em cada região. Conforme descrito em 2.2.3, o PG Index leva em consideração a percepção de prioridade e gargalo dos ODS mapeados, direta e indiretamente, nos documentos de estratégia das dezoito IFDs analisadas.

Quanto maiores forem as prioridades e os gargalos, consequentemente, maior será o PG Index, pois o índice multiplica a pontuação de alta prioridade com um grande gargalo, evidenciando, assim, ODS importantes que precisam de políticas e fomento. A tabela 3 aponta a presença de gargalos em ODS importantes para as regiões na visão das IFDs, quando mencionados em seus documentos estratégicos. A maior parte dos documentos não menciona gargalos, portanto, há diversos valores iguais ou menores do que 4 na tabela que representam o índice de prioridade multiplicado por 1, valor utilizado para não “zerar” o PG Index, ou ainda baixa prioridade e baixo gargalo.

TABELA 3
PG Index por região

	Regiões	ODS																
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
> 11	Centro-Oeste	4	10	9	10	3	12	4	7	11	10	4	2			4	15	6
11 a 7	Sudeste		4	4	3	5	2	3	12	5	4	11	2	3			4	4
7 a 4	Nordeste	4	4		4	2	3	3	12	5	4		4		3	4	3	3
< 4	Sul	4	3	4	4	3	9	4	4	5	3	3	4	5		6	4	6
Sem dados	Norte	4	4	3		4	3	3	5	4	5	5		4			3	3

Fonte: Estudo-base do Plano ABDE 2030.

Nota-se que várias IFDs demonstram ter prioridades principalmente quanto aos ODS 2, 3, 4, 6, 7, 9, 10 e 16 na região Centro-Oeste, porém há gargalos que devem ser observados e corrigidos para que os objetivos sejam atingidos, visto que eles têm grande importância para a região. No Sudeste e Nordeste, o ODS 8 foi mencionado como alta prioridade, mas também apresentou gargalos, portanto é um importante alvo para a criação de políticas, programas e linhas de financiamento. Na região Sul, houve menção de prioridade e gargalos nos ODS 6, 9, 13, 15 e 17, ainda que em menor intensidade do que nas regiões citadas. Finalmente, na região Norte, poucos gargalos foram mencionados, mas é possível identificar que diversos ODS foram apontados como importantes na visão das IFDs, assim como outros valores menores também presentes em todas as regiões.

3.1.3 Síntese dos gargalos nacionais e regionais

A tabela 4 apresenta a síntese dos gargalos ODS a partir de diferentes metodologias descritas nos itens 3.1.1 e 3.1.2. Na coluna ODS missão aparecem apenas os ODS que foram identificados como gargalo em pelo menos duas metodologias distintas.

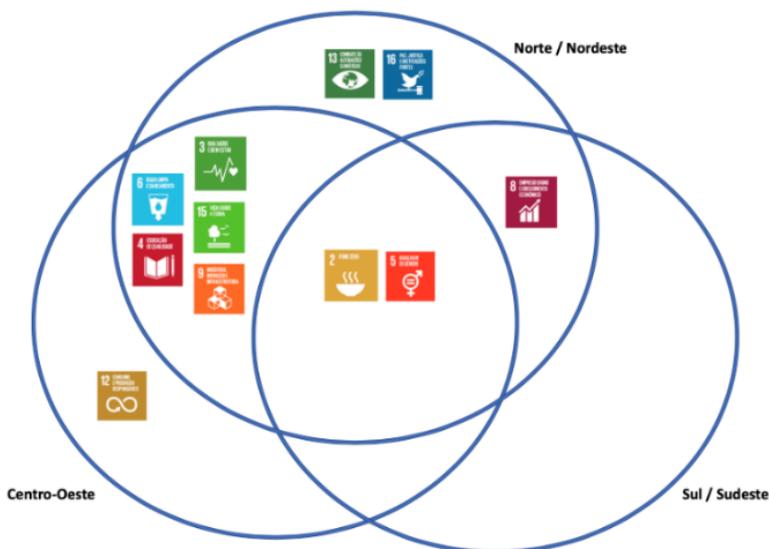
TABELA 4
Síntese dos gargalos ODS a partir de diferentes metodologias

Região	Norte			Nordeste			Centro-Oeste			Sul			Sudeste			Nacional
	ICS e SDN	Diag-nóstico ODS	Unitar ODS	ODS Missão	ICS e SDN	Diag-nóstico ODS	Unitar ODS	ODS Missão	ICS e SDN	Diag-nóstico ODS	Unitar ODS	ODS Missão	ICS e SDN	Diag-nóstico ODS	Unitar ODS	
Eixo ambiental	6, 14, 15	6, 13, 15	6, 15	6, 15	6, 14, 15	6, 13, 15	6, 15	6, 15	6, 14, 15	6, 13	14, 15	6, 15	14, 15			6, 15
Eixo social	2,4, 5, 11	2,3, 4,5, 11	2,4 e 5	2,4 e 5	2,4 e 5	2, 3,4,5, 11	2,4, 5	2,4, 5	2,4, 5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,4 e 5
Eixo econômico	8,9, 10, 12	8,9	8 e 9	8	8,12	8,9	8	8	8	9	12	8	8	8	8	8
Eixo institucional	16, 17	16	16	16	16, 17	16	16	16	16, 17	16, 17	16, 17	16, 17	16, 17	16, 17	16, 17	16, 17

Fonte: Estudo-base do Plano ABDE 2030.

A figura 9, por sua vez, apresenta a síntese dos gargalos ODS obtida a partir das tabelas 1 e 3, discriminando os principais gargalos para as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste e para Sul e Sudeste. A partir dessa figura fica claro que os ODS 2 e 5 são os mais atrasados em todas as regiões. Os ODS 3, 4, 6, 9 e 15, por sua vez, são gargalos importantes nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os ODS 13 e 16 são gargalos relevantes nas regiões Norte e Nordeste, enquanto o ODS 12 representa um gargalo importante na região Centro-Oeste. O ODS 8, por fim, representa um importante gargalo para as regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste.

FIGURA 9
Síntese dos gargalos ODS por região



Fonte: Estudo-base do Plano ABDE 2030.

Obs.: Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

3.2 Parte 2 do Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável: oportunidades setoriais

3.2.1 Resultados da análise dos setores promissores

A regra para seleção dos setores promissores para as macrorregiões brasileiras, discutida na subseção 2.2.1, estabeleceu um conjunto de critérios para ordenamento das atividades produtivas:

- que apresentam menor custo de entrada para cada região avaliada, dadas as capacidades já internalizadas localmente em pelo menos dez municípios da amostra;

- com potencial de ampliação do índice de complexidade produtivo local;
- com benefícios significativos para a consolidação dos ODS localmente; e
- que consideram ainda um critério adicional relacionado ao potencial de ampliação do emprego local, em função da necessidade de fortalecer o mercado formal de trabalho, fixando e consolidando uma base produtiva capaz de fomentar futuramente atividades mais complexas.

As tabelas 5, 6, 7, 8 e 9, a seguir, apresentam as dez atividades mais bem ranqueadas para cada macrorregião brasileira. Os resultados na tabela 5 mostram que a maior parte das atividades promissoras para a região Sudeste estão em setores industriais, de mais alta complexidade (alto ICA). Entre as atividades no setor de serviços selecionadas, se destacam aquelas também de alta complexidade (ICA > 1). É interessante observar que, a despeito do *ranking* final ter observado quatro critérios distintos – representados nas colunas *Rank 1 Rank 2-Rank 3 e Rank 4* –, os setores com maior nível de emprego médio nos municípios competitivos em cada atividade são aqueles mais bem posicionados. Outro elemento de destaque entre os resultados para o Sudeste é o fato de que oito das dez atividades apresentam iODS levemente inferior à média da região (iODS dif negativo). Esse resultado é esperado em função da liderança da região em diversos dos ODS e em função dos problemas de medida já discutidos anteriormente, o que torna sua média elevada em comparação aos demais estados e atividades.

A tabela 6 apresenta as atividades selecionadas para a região Sul. Apesar de apresentar um ordenamento distinto, apenas uma atividade diverge da lista para o Sudeste, justamente a ranqueada na última posição. No caso da região Sul, no entanto, a diferença entre o iODS para as atividades selecionadas e o ODS médio dos municípios da região é levemente positivo, indicando potencial melhoria nos ODS em caso de estímulo desses setores. Novamente, o ordenamento final das atividades está correlacionado com a média de empregos da atividade nos municípios competitivos (com VCR > 1).

O quadro de atividades selecionadas toma outra forma no Centro-Oeste do país, conforme mostrado na tabela 7. Em primeiro lugar, as atividades industriais indicadas são minoria na lista. Isso ainda é agravado pelo fato de que os serviços indicados são também de menor complexidade, o que reflete o menor estoque de capacidades para produção competitiva internalizadas na região. Esses setores também apresentam menor associação com os ODS, ainda que a diferença do iODS para a média da região seja positiva em nove das dez atividades. Ou seja, no caso do Centro-Oeste, o potencial de melhoria dos ODS localmente por efeito do estímulo a essas atividades é significativamente maior que para os estados ao das regiões Sul e Sudeste, embora o potencial de elevação da complexidade seja muito inferior.

TABELA 5
Região Sudeste: atividades selecionadas

CNAE	Descrição	ODS	iODS (dif)	ICA	Municípios	Emprego (média)	Rank 1	Rank 2	Rank 3	Rank 4	Rank final
62	Atividades dos serviços de tecnologia da informação	59,07	-0,18	1,06	41	3018	0,08	0,94	0,84	0,58	1
65	Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde	59,71	0,47	1,45	74	1196	0,14	0,98	0,91	0,23	2
29	Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	58,67	-0,57	1,78	33	1447	0,06	0,91	0,97	0,28	3
26	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	59,23	-0,01	1,95	31	592	0,06	0,95	1	0,11	4
28	Fabricação de máquinas e equipamentos	58,85	-0,4	1,21	60	538	0,11	0,92	0,87	0,1	5
27	Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	58,63	-0,62	1,43	35	567	0,07	0,91	0,91	0,11	6
58	Edição e edição integrada à impressão	59,98	0,73	0,7	81	168	0,15	1	0,78	0,03	7
32	Fabricação de produtos diversos	58,53	-0,71	0,79	98	214	0,19	0,9	0,79	0,04	8
18	Impressão e reprodução de gravações	58,34	-0,91	0,45	124	122	0,24	0,89	0,73	0,02	9
13	Fabricação de produtos têxteis	58,99	-0,25	0,65	42	461	0,08	0,93	0,77	0,09	10
	Média	58,92	-0,33	1,14	51	553	-	-	-	-	-

Fonte: Estudo-base do Plano ABDE 2030.

Obs.: (-) = não foram classificados.

TABELA 6
Região Sul: atividades selecionadas

CNAE	Descrição	ODS	iODS (dif)	ICA	Municípios	Emprego (média)	Rank 1	Rank 2	Rank 3	Rank 4	Rank final
62	Atividades dos serviços de tecnologia da informação	59,07	0,24	1,06	25	3018	0,06	0,94	0,84	0,58	1
29	Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	58,67	-0,15	1,78	27	1447	0,07	0,91	0,97	0,28	2
65	Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde	59,71	0,89	1,45	25	1.196	0,06	0,98	0,91	0,23	3
26	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	59,23	0,41	1,95	19	592	0,05	0,95	1	0,11	4
28	Fabricação de máquinas e equipamentos	58,85	0,02	1,21	65	538	0,16	0,92	0,87	0,1	5
27	Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	58,63	-0,19	1,43	31	567	0,08	0,91	0,91	0,11	6
32	Fabricação de produtos diversos	58,53	-0,29	0,79	93	214	0,23	0,9	0,79	0,04	7
58	Edição e edição integrada à impressão	59,98	1,15	0,7	56	168	0,14	1	0,78	0,03	8
13	Fabricação de produtos têxteis	58,99	0,17	0,65	37	461	0,09	0,93	0,77	0,09	9
38	Coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais	55,44	-3,38	0,19	49	284	0,12	0,69	0,68	0,05	10
	Média	58,92	0,09	1,14	34	553	-	-	-	-	-

Fonte: Estudo-base do Plano ABDE 2030.

Obs.: (-) = não foram classificados.

TABELA 7
Região Centro-Oeste: atividades selecionadas

CNAE	Descrição	ODS	IODS (dif)	ICA	Municípios	Emprego (média)	Rank 1	Rank 2	Rank 3	Rank 4	Rank final
85	Educação	55,13	0,02	0,28	48	3307	0,36	0,66	0,7	0,64	1
86	Atividades de atenção à saúde humana	55,87	0,77	0,08	37	3625	0,28	0,72	0,66	0,7	2
25	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	57,19	2,09	0,8	40	367	0,3	0,81	0,79	0,07	3
49	Transporte terrestre	54,41	-0,69	0,09	70	823	0,53	0,61	0,66	0,16	4
58	Edição e edição integrada à impressão	59,98	4,87	0,7	13	168	0,1	1	0,78	0,03	5
18	Impressão e reprodução de gravações	58,34	3,23	0,45	34	122	0,26	0,89	0,73	0,02	6
93	Atividades esportivas e de recreação e lazer	56,67	1,56	0,29	38	292	0,29	0,77	0,7	0,06	7
32	Fabricação de produtos diversos	58,53	3,43	0,79	11	214	0,08	0,9	0,79	0,04	8
33	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	55,72	0,61	0,63	29	205	0,22	0,7	0,76	0,04	9
63	Atividades de prestação de serviços de informação	57,88	2,77	0,22	10	350	0,08	0,85	0,69	0,07	10
	Média	56,93	1,83	0,37	36	321	-	-	-	-	-

Fonte: Estudo-base do Plano ABDE 2030.

Obs.: (-) = não foram classificados.

A tabela 8 ilustra as atividades selecionadas para a amostra de municípios do Nordeste do país. Em contraste completo com Sudeste e Sul, nenhuma atividade industrial foi selecionada. Ainda assim, é notória a média mais elevada de empregos potenciais das atividades selecionadas relativamente àquelas selecionadas para os municípios ao sul do país. O ICA médio inferior à média das atividades selecionadas para as regiões Sul e Sudeste, e semelhante a da região Centro-Oeste, mostra que a região apresenta menores capacidades localmente estabelecidas. Contudo, as atividades selecionadas, por serem intensivas em emprego, podem ajudar na consolidação do mercado de trabalho formal nos municípios da amostra, o que traz um impacto potencial adicional nos ODS relativamente às regiões já discutidas. Nessa região o ganho potencial médio nos ODS é ainda maior que no Centro-Oeste. É importante notar, em especial, a presença dos setores de educação, atenção à saúde e alimentação entre os dez selecionados. Essa identificação tem clara relação com ODS sociais, indicando a maior carência dessas áreas na região.

Por fim, as dez atividades selecionadas para a região Norte são apresentadas na tabela 9. Assim como na região Nordeste, há destaque para os serviços. Apenas uma atividade industrial, do setor metalúrgico, foi selecionada. É provável que essa seleção se deva à presença de Manaus na amostra, que é um claro *outlier*. Nessa região as atividades das áreas de saúde, educação e alimentação ganham ainda mais proeminência em função da maior carência local. Na média, iODS, ICA, número de municípios potencialmente beneficiados por políticas de estímulo dessas atividades e o emprego médio das atividades são consideravelmente menores para as atividades selecionadas para o Norte. De um lado, isso reflete o conjunto extremamente limitado de capacidades e grandes desafios de desenvolvimento regional. De outro, a maior disparidade econômica interna da região, marcada por bolsões de produtividade localizadas em algumas atividades, em detrimento de vastas áreas com pouca atividade econômica. Nessa região, o potencial de geração de emprego perde espaço, assim como a complexidade, ganhando destaque o ganho potencial nos ODS.

TABELA 8
Região Nordeste: atividades selecionadas

CNAE	Descrição	ODS	iODS (dif)	ICA	Municípios	Emprego (média)	Rank 1	Rank 2	Rank 3	Rank 4	Rank final
81	Serviços para edifícios e atividades paisagísticas	57,43	6,09	0,58	35	5189	0,07	0,82	0,75	1	1
78	Seleção, agenciamento e locação de mão de obra	54,99	3,66	1,05	17	4487	0,03	0,65	0,84	0,86	2
62	Atividades dos serviços de tecnologia da informação	59,07	7,73	1,06	14	3018	0,03	0,94	0,84	0,58	3
85	Educação	55,13	3,8	0,28	158	3307	0,32	0,66	0,7	0,64	4
86	Atividades de atenção à saúde humana	55,87	4,54	0,08	85	3625	0,17	0,72	0,66	0,7	5
65	Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde	59,71	8,38	1,45	16	1196	0,03	0,98	0,91	0,23	6
80	Atividades de vigilância, segurança e investigação	53,49	2,16	0,89	17	3933	0,03	0,55	0,81	0,76	7
56	Alimentação	56,92	5,58	-0,14	168	1596	0,34	0,79	0,62	0,31	8
82	Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas	55,96	4,62	-0,23	63	2826	0,13	0,72	0,61	0,54	9
69	Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria	56,88	5,55	-0,58	292	224	0,6	0,79	0,54	0,04	10
	Média	56,42	5,09	0,43	49	3162	-	-	-	-	-

Fonte: Estudo-base do Plano ABDE 2030.

Obs.: (-) = não foram classificados.

TABELA 9
Região Norte: atividades selecionadas

CNAE	Descrição	ODS	iODS (dif)	ICA	Municípios	Emprego (média)	Rank 1	Rank 2	Rank 3	Rank 4	Rank final
86	Atividades de atenção à saúde humana	55,87	6,67	0,08	20	3625	0,17	0,72	0,66	0,7	1
85	Educação	55,13	5,92	0,28	26	3307	0,21	0,66	0,7	0,64	2
56	Alimentação	56,92	7,71	-0,14	50	1596	0,41	0,79	0,62	0,31	3
82	Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas	55,96	6,75	-0,23	27	2826	0,22	0,72	0,61	0,54	4
18	Impressão e reprodução de gravações	58,34	9,13	0,45	20	122	0,17	0,89	0,73	0,02	5
46	Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	55	5,79	-0,36	45	933	0,37	0,65	0,58	0,18	6
45	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	55,7	6,49	-0,03	39	515	0,32	0,7	0,64	0,1	7
25	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	57,19	7,99	0,8	11	367	0,09	0,81	0,79	0,07	8
49	Transporte terrestre	54,41	5,21	0,09	33	823	0,27	0,61	0,66	0,16	9
93	Atividades esportivas e de recreação e lazer	56,67	7,46	0,29	20	292	0,17	0,77	0,7	0,06	10
	Média	55,91	6,71	0,08	27	878	-	-	-	-	-

Fonte: Estudo-base do Plano ABDE 2030.

Obs.: (-) = não foram classificados.

3.2.2. Resultados da análise do perfil de financiamento do SNF

A partir da metodologia apresentada para se analisar o perfil dos desembolsos do SNF, identificaram-se no universo do total das operações do BNDES examinadas por CNAE e regiões, os dez setores com maiores parcelas em 2017-2020 no valor desembolsado deflacionado pelo IPCA (ano-base 2021) – conforme apresentados no quadro 5. Esses setores representam 82% dos desembolsos no Brasil no período, sendo que, regionalmente, os setores *top* 10 equivalem a uma parcela de desembolsos entre 78% no Sudeste e 94% no Norte.

Apontando-se as sobreposições, o primeiro destaque se refere ao CNAE D35, de eletricidade e gás, pois, no período avaliado, representou quase metade da carteira ativa do BNDES em termos nacionais – incluindo os projetos de infraestrutura inter-regionais –, liderando também a carteira ativa de todas as regiões, exceto a Centro-Oeste, onde ficou na segunda posição. Em seguida, transporte terrestre e atividades de auxílio de transporte e entrega. Comércio varejista e atacadista também se fazem relevantes nas carteiras de todas as regiões, bem como produtos de alimentos e agropecuária, ainda que com posições diferentes nos *rankings*.

Por sua vez, ressaltando-se as diferenças, os pesos dos dez maiores setores em cada região revelam maior concentração das operações de financiamento do BNDES nas regiões Nordeste e Norte em eletricidade/gás e transporte terrestre. Nessas regiões, o transporte aquaviário surge como setor de destaque. No Norte, construção e captação/tratamento/distribuição de água aparecem no *ranking*, enquanto no Nordeste constam farmoquímicos e farmacêuticos, diferentemente das outras regiões. Extração de minerais tem alto peso na carteira somente do Centro-Oeste, onde também é relevante o coque e o refino de petróleo – bem como no Sudeste. Nesta região, as particularidades da lista são saúde e serviço social e atividades imobiliárias. No Sul, contam outros setores industriais como celulose e papel, máquinas e equipamentos e borracha e plástico (quadro 5).

QUADRO 5
Atividades com maior parcela no valor desembolsado pelo BNDES em operações automáticas e não automáticas ativas, por região (2017-2021)¹

Centro-Oeste			Nordeste			Norte			Sudeste			Sul			Brasil ²		
Divisão setorial	CNAE	Parcela (%)	Divisão setorial	CNAE	Parcela (%)	Divisão setorial	CNAE	Parcela (%)	Divisão setorial	CNAE	Parcela (%)	Divisão setorial	CNAE	Parcela (%)	Divisão setorial	CNAE	Parcela (%)
Transporte terrestre	H49	27,49	Eletricidade e gás	D35	73,54	Eletricidade e gás	D35	58,74	Eletricidade e gás	D35	29,87	Eletricidade e gás	D35	22,60	Eletricidade e gás	D35	41,87
Eletricidade e gás	D35	18,88	Transporte terrestre	H49	9,36	Transporte terrestre	H49	11,51	Transporte terrestre	H49	19,76	Transporte terrestre	H49	20,99	Transporte terrestre	H49	16,76
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	A01	12,52	Transporte aquaviário	H50	2,78	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	A01	5,49	Atividade de auxílio de transporte e entrega	H52	7,56	Atividade de auxílio de transporte e entrega	H52	7,35	Atividade de auxílio de transporte e entrega	H52	4,95
Extração de minerais metálicos	B07	6,79	Comércio varejista	G47	1,82	Comércio varejista	G47	5,43	Produtos alimentícios	C10	5,36	Produtos alimentícios	C10	7,00	Produtos alimentícios	C10	4,04
Comércio varejista	G47	6,11	Veículo, reboque e carroceria	C29	1,55	Comércio atacado	G46	3,56	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	A01	3,09	Comércio atacado	G46	5,83	Comércio varejista	G47	3,93

(Continua)

(Continuação)

Centro-Oeste			Nordeste			Norte			Sudeste			Sul			Brasil ²		
Divisão setorial	CNAE	Parcela (%)	Divisão setorial	CNAE	Parcela (%)	Divisão setorial	CNAE	Parcela (%)	Divisão setorial	CNAE	Parcela (%)	Divisão setorial	CNAE	Parcela (%)	Divisão setorial	CNAE	Parcela (%)
Comércio atacado	G46	5,03	Comércio atacado	G46	1,28	Transporte aquaviário	H50	1,49	Comércio varejista	G47	2,99	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	A01	5,32	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	A01	3,69
Atividade de auxílio de transporte e entrega	H52	4,99	Produtos alimentícios	C10	1,26	Produtos alimentícios	C10	1,21	Comércio atacado	G46	2,84	Comércio varejista	G47	4,93	Comércio atacado	G46	3,05
Produtos alimentícios	C10	4,18	Atividade de auxílio de transporte e entrega	H52	1,13	Construção	F43	1,08	Coque, petróleo e combustível	C19	2,37	Celulose e papel	C17	3,50	Celulose e papel	C17	2,05
Comércio e reparação de veículos e motocicletas	G45	1,41	Farmacológico, farmacêutico	C21	1,06	Captação, tratamento e distribuição de água	E36	1,03	Saúde e serviço social	Q86	2,16	Máquinas e equipamentos	C28	1,43	Saúde e serviço social	Q86	1,06
Coque, petróleo e combustível	C19	1,04	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	A01	0,91	Serviço especializado para construção	F42	0,93	Atividade imobiliária, profissional e administrativa	N77	2,15	Borracha e plástico	C22	1,26	Transporte aquaviário	H50	1,04

Fonte: Estudo-base do Plano ABDE 2030.

Notas: ¹ Deflacionado pelo IPCA (ano-base 2021).² Inclui projetos de infraestrutura inter-regionais.

Obs.: Em verde, os setores com participação mediana mais um desvio-padrão.

3.2.3 Síntese das oportunidades setoriais

Tomando-se os dez setores destacados nas duas subseções anteriores, o contraste na tabela 10 indica que quase não há setores coincidentes por região. As exceções são as CNAEs 49 de serviços de transporte terrestre nas regiões Norte e Centro-Oeste, 46 de comércio atacadista na região Norte e 28 de máquinas e equipamentos na região Sul.

TABELA 10
Os setores top 10 a partir de diferentes metodologias

Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
BNDES	Setores promissores	BNDES	Setores promissores	BNDES	Setores promissores	BNDES	Setores promissores	BNDES	Setores promissores
35	86	35	81	49	85	35	62	35	62
49	85	49	78	35	86	49	65	49	29
1	56	50	62	1	25	52	29	52	65
47	82	47	85	7	49	10	26	10	26
46	18	29	86	47	58	1	28	46	28
50	46	46	65	46	18	47	27	1	27
10	45	10	80	52	93	46	58	47	32
43	25	52	56	10	32	19	32	17	58
36	49	21	82	45	33	86	18	28	13
42	93	1	69	19	63	77	13	22	38

Fonte: Estudo-base do Plano ABDE 2030.

Considerando-se os quadrantes por região e nacional na tabela 10, cada uma dessas estratégias vai ter desdobramentos sobre a especialização produtiva no que tange às transformações inter e intrasetoriais. Fica evidente o descolamento entre os setores mais financiados nas operações financeiras do BNDES e aqueles apontados como mais complexos e mobilizadores da Agenda 2030 na análise dos setores promissores.

A partir do mesmo banco de dados sobre as operações financeiras do BNDES, identificam-se no quadro 6 os segmentos de IFDs do SNF ou outros intermediários dos financiamentos em cada região, em cada setor promissor da tabela 10. Apesar de os bancos federais, incluindo o próprio BNDES, intermediarem ou realizarem diretamente 62% dos desembolsos, em diversas regiões e setores não são os principais agentes das operações. Por exemplo, bancos privados ou de fora do SNF intermediam a maior parte do valor das operações de serviços de transporte terrestre (CNAE 49) em todas as regiões. Na região Sul, os desembolsos das operações de financiamento em produção de manufaturados de alimentos ou atividades financeiras e de seguros são lideradas pelas IFDs do Grupo IV (Badesul, BDMG e BRDE) do SNF. Educação no Nordeste tem sido liderada pelo Grupo III (Desenbahia, Desenvolve SP, Bades, Fomento Paraná e Badesc) e, no Norte, por bancos cooperativos. A análise detalhada dessas informações contribui para a definição dos segmentos do SNF, protagonistas das missões estratégicas (ver próxima subseção).

TABELA 11
Síntese dos resultados da análise de quadrante

Região	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul		Brasil	
	Promissores		Promissores		Promissores		Promissores		Promissores		Promissores	
BNDES	Baixo	Alto	Baixo	Alto	Baixo	Alto	Baixo	Alto	Baixo	Alto	Baixo	Alto
Baixo				81				62				
		86		78				65				
		85		62				29				62
		56		85				26				65
		82		86				28				85
		18		65				27				86
		45		80				58				58
		25		56				32				32
	93		82				18					
			69				13					
Alto			35				35					
		35		49			49			35		
		47		50			52			49		
		1		47			10			10		
		50	46	29			1			46	28	
		10	49	46			47			1		
		43		10			46			47		
		36		52			19			47		
		32		21			45			17		
				1			86			22		
						77						

Fonte: Estudo-base do Plano ABDE 2030.

Por fim, ainda a partir do banco de dados sobre as operações financeiras do BNDES, identificam-se no quadro 7 as principais fontes de recursos dos financiamentos em cada região, em cada setor promissor da tabela 10. A maior parte (63%) do valor dos desembolsos provém somente dos recursos livres do FAT, mas com consideráveis variações entre as regiões e os diferentes segmentos do SNF relativos aos financiamentos de cada setor promissor, combinando fontes de recursos. Por exemplo, no setor de distribuição, transmissão e geração de eletricidade e gás (CNAE 35), além do FAT, as fontes de recursos livres também foram o Tesouro e organismos na região Nordeste, enquanto na região Sudeste foram recursos próprios e do Tesouro. O Fundo Clima se faz uma fonte de recurso expressiva do setor manufatureiro de alimentos nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Fundtel) para financiamento da indústria de equipamentos de informática, eletrônicos e óticos na região Sul. Recursos próprios puxam os financiamentos da indústria de alimentos do Centro-Oeste e de veículos automotores no Sudeste. E os recursos livres do Tesouro em geral são bastante expressivos juntamente com FAT, superando-os nos financiamentos do Centro-Oeste com serviços auxiliares de transporte e entrega. A análise detalhada dessas informações contribui para a definição dos *drivers* da transformação das missões estratégicas, como descrito na subseção a seguir.

QUADRO 6
Análise das IFDs protagonistas dos setores promissores – carteira ativa BNDES (2017-2021)¹

Divisão setorial	CNAE	Parcela BR – SNF: (%)	Estratégia setorial por região						Protagonistas do SNF (intermediários) na região (maior share)						
			Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil ²	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul		
Eletricidade e gás	D35	41,87	T	T	T	T	T	T	T	Federais	Federais	Federais	Federais	Federais	Sul
Transporte terrestre	H49	16,76	M	T	M	T	T	T	T	Bancos privados/federais	Bancos privados/federais	Bancos privados	Bancos privados	Bancos privados	Bancos privados
Atividade de auxílio de transporte e entrega	H52	4,95	T			T		T		Federais/privados		Federais/privados	Federais/privados	Federais/privados	Federais/privados/Grupo IV
Produtos alimentícios	C10	4,04	T			T		T		Bancos privados/federais/cooperativos		Federais/privados/Grupo IV	Federais/privados/Grupo IV	Grupo IV/privado	
Comércio varejista	G47	3,93	T							Bancos privados/cooperativos					
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	A01	3,69	T					T		Bancos privados/federais/cooperativos					Bancos privados/Grupo IV/federais/cooperativos
Comércio atacado	G46	3,05	T		M			T		Bancos privados/federais/cooperativos		Bancos privados/cooperativos/federais			Bancos privados/Grupo IV/federais/cooperativos/Grupo III

(Continua)

(Continuação)

Setores da tabela 11		Estratégia setorial por região					Protagonistas do SNF (intermediários) na região (maior share)						
Divisão setorial	CNAE	Parcela BR – SNF ² (%)	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil ³	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Saúde e serviço social	Q86	1,06	F		F			F	Bancos privados/comerciais/estaduais/Grupo IV		Bancos privados/cooperativos/federais		
Seleção, agenciamento e locação de mão de obra	N78	1,00		F						Bancos privados			
Veículo, reboque e carroceria	C29	1,00				F	F					Federais/privados/Grupo III	Bancos privados/Grupo IV/federais/cooperativos
Máquinas e equipamentos	C28	0,59					M						Bancos privados/Grupo IV/federais/cooperativos
Produto de metal	C25	0,55	F						Bancos privados/cooperativos				

(Continua)

(Continuação)

Setores da tabela 11		Estratégia setorial por região					Protagonistas do SNF (intermediários) na região (maior share)						
Divisão setorial	CNAE	Parcela BR – SNF² (%)	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil³	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Extração de minerais metálicos	B07	0,54	T						Bancos federais				
Alimentação	I56	0,29			F					Bancos privados/cooperativos/federais			
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	C26	0,22				F	F					Bancos federais/privados	Bancos federais/privados
Informação e comunicação	J62	0,21		F		F	F	F		Bancos federais/privados/grupo III		Bancos federais/privados/grupo III/grupo IV	Bancos federais/privados/Grupo III/Grupo IV
Educação	P85	0,27	F	F	F			F	Cooperativos/privados/comerciais/estaduais		Bancos privados/federais/cooperativos		

(Continua)

(Continuação)

Setores da tabela 11		Estratégia setorial por região					Protagonistas do SNF (intermediários) na região (maior share)						
Divisão setorial	CNAE	Parcela BR – SNF ² (%)	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil ³	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Serviço de escritório e apoio administrativo para empresas	N82	0,19			F						Bancos privados/federais/cooperativos		
Serviço para edifícios e atividades paisagísticas	N81	0,05		F						Bancos privados/Grupo III/cooperativos			
Atividade financeira e seguro	K65	0,01				F	F	F			Bancos privados/Grupo IV	Grupo IV/bancos privados/cooperativos	Grupo IV/bancos privados/cooperativos

Fonte: Estudo-base do Plano ABDE 2030.

Notas: ¹ Desembolsos deflacionados.² Em verde, o top 10 SNF.³ Em verde, estratégias nacionais.

Obs.: T = transformação; M = manutenção; F = futuro.

QUADRO 7
Análise dos recursos de origem do financiamento dos setores promissores na carteira ativa BNDES, por região (2017-2021)¹

Setores da tabela 11		Recursos do SNF na região (maior share)				
Divisão setorial	CNAE	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Eletricidade e gás	D35	RL - FAT	RL - FAT/ RL - FAT-Tesouro/RL - FAT- RL -organismos	RL - FAT/ RL - organismos	RL - FAT/ RL - próprios/RL - FAT- Tesouro	RL - FAT
Transporte terrestre	H49	RL - FAT/recursos livres - próprios/recursos livres - Tesouro/RV - FAT depósitos especiais	RL - FAT/ RL - Tesouro	RL - FAT/ recursos livres - próprios/RV - FAT depósitos especiais/recursos livres - Tesouro	RL - FAT/recursos livres - próprios/recursos livres - Tesouro/RV - FAT depósitos especiais	RL - FAT/recursos livres - próprios/RL - FAT depósitos especiais/recursos livres - Tesouro
Atividade de auxílio de transporte e entrega	H52	RL - Tesouro/ RL - FAT			RL - FAT/recursos livres - Tesouro/RL - FAT- recursos livres - próprios	RL - FAT/ RL - próprios/ RL - FAT - Tesouro
Produtos alimentícios	C10	RL - próprios/RL - FAT/ RL - FAT- RL - Tesouro/Fundo Clima-RL - Tesouro			RL - FAT/ RL - Tesouro/recursos livres - FAT/recursos livres - Tesouro/Fundo Clima/RL - próprio	RL - FAT/ RL - próprios/ RL - Tesouro
Comércio varejista	G47	RL - FAT/recursos livres - próprios				
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	A01	RL - FAT/recursos livres - próprios/recursos livres - Tesouro				RL - FAT/recursos livres - Tesouro
Comércio atacado	G46	RL - FAT/recursos livres - próprios/recursos livres - Tesouro		RL - FAT/ recursos livres - próprios/ recursos vinculados - depósitos especiais		RL - FAT/recursos livres - próprios/ RL - Tesouro

(Continua)

(Continuação)

Setores da tabela 11		Recursos do SNF na região (maior share)				
Divisão setorial	CNAE	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Saúde e serviço social	Q86	RL-FAT/recursos livres - próprios/recursos livres - Tesouro		RL-FAT/ RL - próprios		
Seleção, agenciamento e locação de mão de obra	N78		RL-FAT/recursos livres - próprios			
Veículo, reboque e carroceria	C29				RL-próprios/RL-FAT/RLFAT-RL próprios/RLFAT-RL próprios-RL-Tesouro	RL-FAT/ RL - próprios
Máquinas e equipamentos	C28					RL-FAT/ RL - próprios/RL-Tesouro
Produto de metal	C25	RL-FAT/recursos livres - próprios				
Extração de minerais metálicos	B07	RL-FAT				
Alimentação	I56			RL-FAT/recursos livres - próprios/recurso vinculado FAT-depósito especial/recursos livres - Tesouro		

(Continua)

Setores da tabela 11		Recursos do SNF na região (maior share)				
		Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Divisão setorial	CNAE					
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	C26				RL- FAT/recurso vinculado FAT-depósito especial/recursos livres próprios	recursos livres - FAT/recursos livres - FAT/recursos livres - Funttel//RL-PROPRIOS//RL-FUNTEL
Informação e comunicação	J62		RL- FAT/ recursos estatutários próprios/RL-Tesouro/ RL - próprios		RL- FAT/recursos livres - próprios	RL- FAT/recurso vinculado FAT-depósitos especiais/ recursos livres - próprios
Educação	P85	RL- FAT/recursos livres - próprios/RV- FAT depósitos especiais	RL- FAT/recursos livres - próprios/recursos livres - Tesouro	RL- FAT/recursos livres - próprios/recursos estatutários próprios		
Serviço de escritório e apoio administrativo para empresas	N82			RL-FAT/RL-próprios		
Serviço para edifícios e atividades paisagísticas	N81		RL-FAT/ RL-próprios			
Atividade financeira e seguro	K65			RL-FAT	RL-FAT/ RL-próprios	RL-FAT/RL-Tesouro/recursos vinculados depósito especial

Fonte: Estudo-base do Plano ABDE 2030.

Nota: ¹ Desembolsos deflacionados.

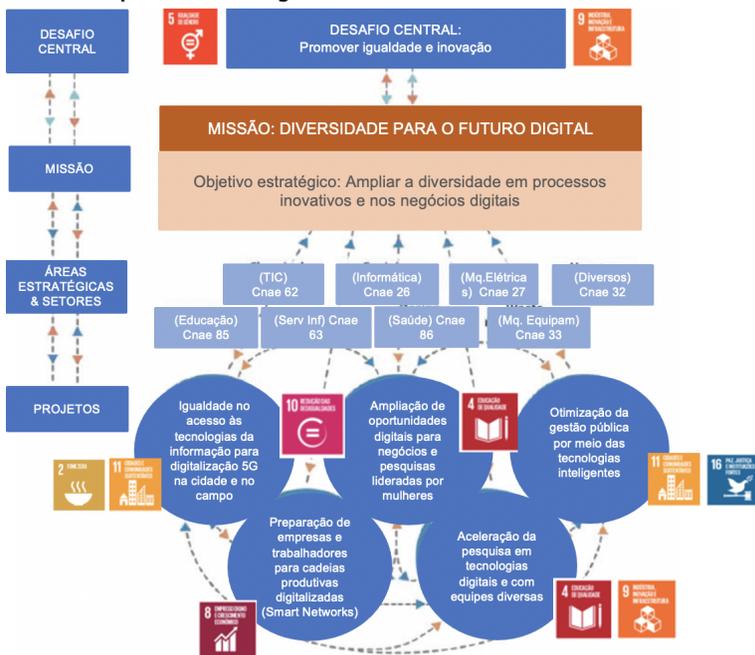
Obs.: RL = recursos livres; RV = recursos vinculados.

3.2.4. Síntese das oportunidades setoriais: as cinco missões para o desenvolvimento transformador

Combinando-se as análises de gargalos e oportunidades, formularam-se as cinco missões das figuras 10, 11, 12, 13 e 14 para o desenvolvimento transformador do Brasil e o papel do SNF no financiamento e fomento de políticas públicas para uma economia mais sustentável, mais inclusiva, mais resiliente, de maior crescimento e com inserção internacional mais sofisticada para além de 2030.

A primeira missão chama-se futuro digital, inteligente e inclusivo: para elevar o valor agregado na economia e para geração de empregos decentes (ODS 8) em bases inclusivas. A contribuição do SNF está ligada ao seu papel central no fomento à digitalização de MPMEs – que contribui para a geração de empregos (ODS 8); no financiamento à infraestrutura digital e no investimento em inovação (ODS 9); no apoio às cidades inteligentes (ODS11) e ao agronegócio; bem como no fomento à igualdade de oportunidades (ODS 5 e 10). A figura 10 apresenta o desafio que a missão busca endereçar, seu objetivo e os setores e projetos relacionados para impulsioná-la.

FIGURA 10
Diversidade para o futuro digital

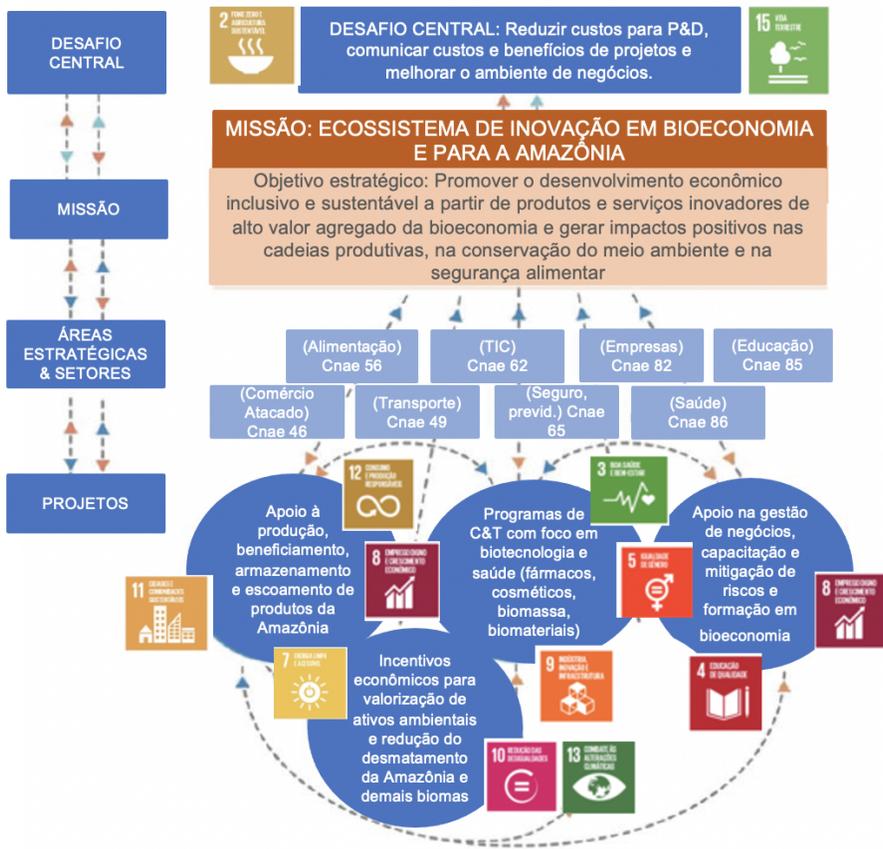


Fonte: Estudo-base do Plano ABDE 2030.

Obs.: Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Na missão ecossistema de inovação em bioeconomia e para a Amazônia se oferece uma oportunidade para a promoção de crescimento econômico e geração de empregos (ODS 8) em bases sustentáveis, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade e para a proteção do meio ambiente (ODS 15). A bioeconomia contribui para a solução de desafios sociais e ambientais (ODS 11 e 13) ao promover o acesso equitativo à terra cultivável (ODS 4 e 10) por pequenos produtores de alimentos e de produtos da sociobiodiversidade, particularmente mulheres, pessoas negras, povos e comunidades tradicionais (ODS 5 e 10). A figura 11 apresenta o desafio que a missão busca endereçar, seu objetivo e os setores e projetos relacionados para impulsioná-la.

FIGURA 11
Ecosistema de inovação em bioeconomia e para a Amazônia

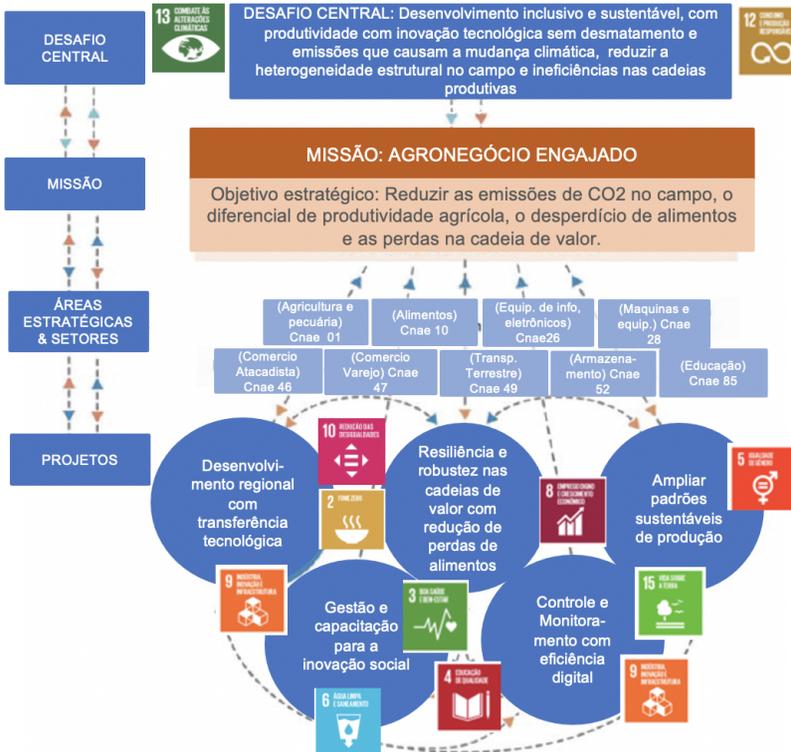


Fonte: Estudo-base do Plano ABDE 2030.

Obs.: Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Agronegócio engajado: parte significativa das emissões totais de gases de efeito estufa decorre do desmatamento e tem origem no setor agropecuário. Por isso, os compromissos assumidos com relação à mudança climática (ODS 13) dependem, em boa medida, de transformações no campo. Da mesma forma, padrões de consumo e produção responsáveis têm forte associação com o meio rural e com as cadeias de valor dos sistemas agroalimentares (ODS 12). Essa missão contempla a cadeia de valor do agronegócio, incluindo setores da agropecuária, indústria de transformação, agricultura familiar e outros. Esses sistemas agroalimentares têm impacto substantivo na estrutura produtiva da economia, na sustentabilidade e na qualidade de vida do brasileiro – notadamente no que se refere à segurança alimentar e à inclusão de grupos vulneráveis do meio rural. A figura 12 apresenta o desafio que a missão busca endereçar, seu objetivo e os setores e projetos relacionados para impulsioná-la.

FIGURA 12
Agronegócio engajado

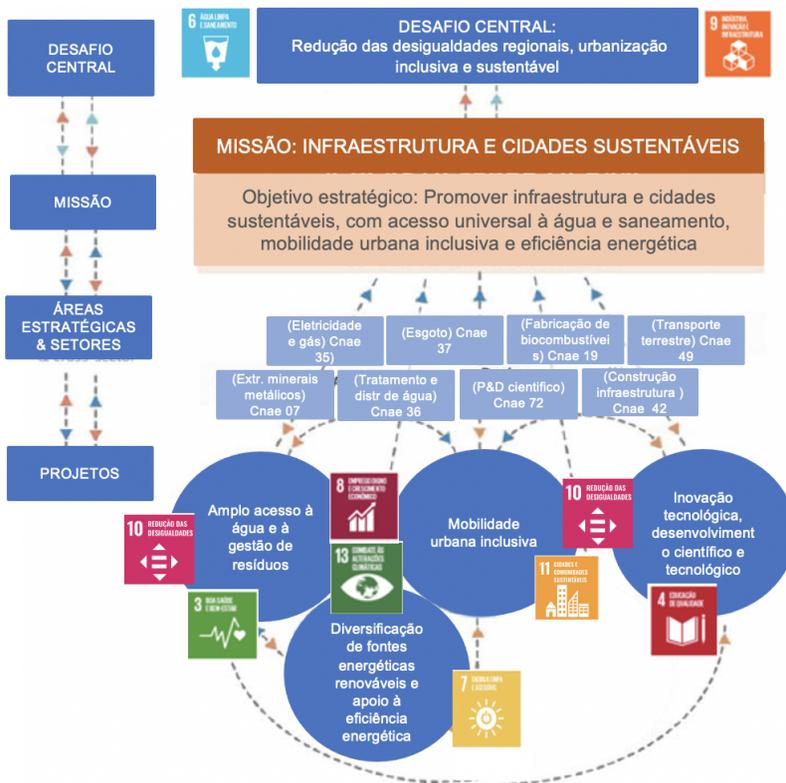


Fonte: Estudo-base do Plano ABDE 2030.

Obs.: Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Infraestrutura e cidades sustentáveis: o *gap* de infraestrutura em cidades brasileiras é um problema histórico que responde diretamente ao crescimento da população urbana no país, uma vez que a infraestrutura das cidades parece não se mover na mesma velocidade na qual as pessoas migram da zona rural para a urbana. A missão tem o objetivo de reduzir as desigualdades regionais por meio da urbanização inclusiva e sustentável e busca encontrar alternativas para o financiamento de cidades mais resilientes e inclusivas, englobando as diferentes dimensões do conceito de cidades sustentáveis – que vai desde tecnologias de conectividade até equipamentos públicos (creches, parques, iluminação pública) –, que, por sua vez, exigem soluções inovadoras em termos de financiamento. A figura 13 apresenta o desafio que a missão busca endereçar, seu objetivo e os setores e projetos relacionados para impulsioná-la.

FIGURA 13
Infraestruturas e cidades sustentáveis

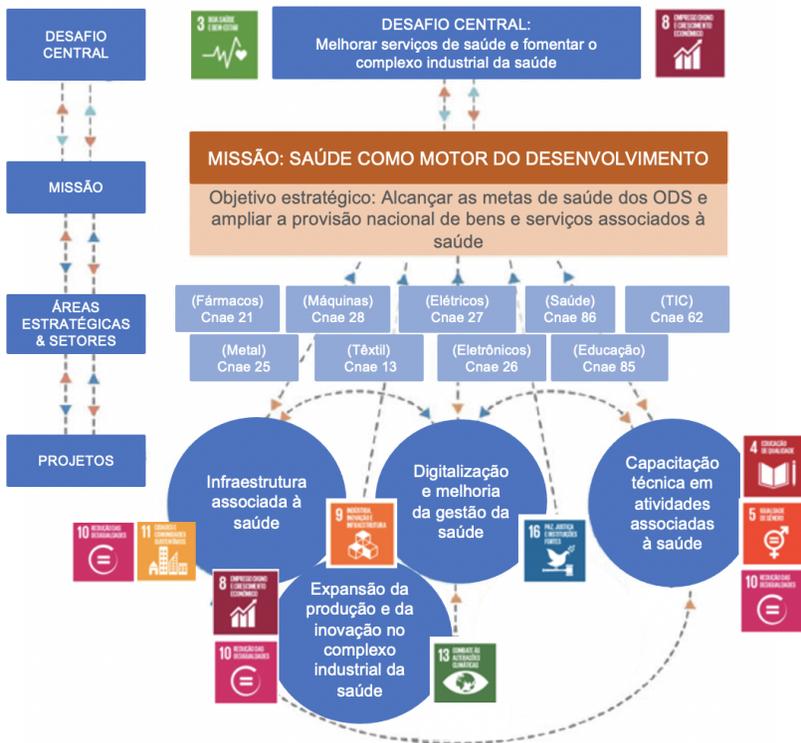


Fonte: Estudo-base do Plano ABDE 2030.

Obs.: Figura cujos ícones e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Saúde como motor do desenvolvimento: a missão parte do conceito do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (Ceis), no qual os setores de saúde estão interconectados, e a efetivação dos direitos sociais se dá com o desenvolvimento de uma base produtiva, tecnológica e de inovação que funcione como sua sustentação. A produção considera o espaço produtivo de prestação de serviços de saúde, envolvendo a atenção básica e serviços de diagnóstico e tratamento, ambulatoriais e hospitalares, o que condiciona toda a dinâmica competitiva e tecnológica do setor da saúde. A missão tem como objetivo fortalecer a demanda e a oferta de saúde no Brasil, com o desafio de ampliar e melhorar os serviços ao mesmo tempo em que se investe no fortalecimento das bases que sustentam o Ceis, contribuindo para o desenvolvimento econômico do país. A figura 14 apresenta o desafio que a missão busca endereçar, seu objetivo e os setores e projetos relacionados para impulsioná-la.

FIGURA 14
Saúde como motor do desenvolvimento



Fonte: Estudo-base do Plano ABDE 2030.

Obs.: Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo descreveu a metodologia e os principais resultados do estudo-base do Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável. A partir de uma abordagem teórica, epistemológica, interdisciplinar e não eurocêntrica, que combina ferramentas de análise quantitativas e qualitativas alinhadas com recomendações da ONU, o estudo-base identificou que o cumprimento das metas da Agenda 2030 no Brasil está seriamente comprometido: entre os dezessete ODS, sete regrediram ou não deverão ser cumpridos, oito estão estagnados e apenas um avançou ou já foi cumprido. As macrorregiões Norte e Nordeste são as que apresentam os maiores gargalos no cumprimento dos ODS. Todas as macrorregiões estão atrasadas no cumprimento dos ODS 2 (fome) e 5 (gênero).

O estudo-base identificou, ainda, que, apesar de o SNF contribuir para as dimensões ambiental, social, econômica e institucional dos ODS, há espaço para uma internalização mais equilibrada dos ODS nas IFDs do sistema, em harmonia com os objetivos e ações já em curso nessas instituições. Para tanto, é preciso ampliar a conscientização das IFDs do sistema sobre a Agenda 2030, o entendimento dessas instituições sobre os efeitos cruzados entre os ODS e como elas podem potencializar, ou minimizar, esses efeitos cruzados.

A partir do entendimento dos gargalos nacionais e regionais, o estudo-base do Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável apontou a necessidade de o SNF definir estratégias que direcionem investimentos para os setores com alto potencial transformador, mas que também tenham claro quais os setores que precisam de investimentos para a “transformação” da produção intrasetorial ou até mesmo de desinvestimento. Como na análise dos gargalos para o cumprimento dos ODS, essas estratégias devem considerar as oportunidades setoriais em cada macrorregião, identificadas a partir do perfil de financiamento do SNF e do potencial de ganho de complexidade, geração de emprego, e estímulo ao conjunto dos ODS.

Para alcançar o desenvolvimento transformador do Brasil, o estudo-base do Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável propôs a orquestração de uma estratégia de desenvolvimento para coordenar e orientar as instituições do SNF em torno de cinco missões: futuro digital inteligente e inclusivo; ecossistema de inovação em bioeconomia e para a Amazônia; agronegócio engajado; infraestrutura e cidades sustentáveis; e saúde como motor do desenvolvimento. A abordagem de missões inverte a lógica de implementação de políticas de desenvolvimento ao priorizar a escolha do problema em vez da escolha de setores estratégicos, como acontece nas políticas verticais. A solução é então construída por diferentes atores, públicos e privados, incentivados por políticas de caráter horizontal.

Nesse sentido, além das cinco missões estratégicas para o desenvolvimento transformador do Brasil, o estudo-base do Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável também propôs medidas para fortalecer a estrutura institucional e a coordenação do SNF. Essas medidas foram classificadas em seis temas principais: disseminação do papel do SNF; internalização dos ODS nos marcos institucionais e regulatórios do SNF; articulação com atores estratégicos; adequação do marco institucional e regulatório das IFDs; fontes de recursos para a diversificação do *funding* das IFDs; e fortalecimento do uso de *blended finance* e garantias a instrumentos inovadores.

O estudo-base do Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável inova em termos metodológicos, colocando o Brasil na fronteira do planejamento para a implementação da Agenda 2030 a partir do pilar do financiamento e contribuindo para a sua disseminação e replicação dentro e fora do Brasil.

REFERÊNCIAS

- BALLAND, P. *et al.* Smart specialization policy in the European Union: relatedness, knowledge complexity and regional diversification. **Regional Studies**, v. 53, n. 9, p. 1252-1268, 2019.
- CASTRO, A. B. de. **No espelho da China**. Rio de Janeiro: Ipea, 2008. (Seminários Dimac, n. 288).
- FREITAS, E. *et al.* Complexidade econômica e especialização inteligente: uma proposta de política de diversificação para o desenvolvimento de Minas Gerais. *In*: GUIMARÃES, A. (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento em Minas Gerais**. 1. ed. Belo Horizonte: Appris, 2021.
- HARTMANN, D. *et al.* Linking economic complexity, institutions, and income inequality. **World Development**, v. 93, p. 75-93, 2017.
- HAUSMANN, R.; CHAUVIN, J. **Moving to the adjacent possible**: discovering paths for export diversification in Rwanda. Cambridge, United States: CID, 2015. (Working Paper, n. 294).
- HAUSMANN, R.; HWANG, J.; RODRIK, D. What you export matters. **Journal of Economic Growth**, v. 12, p. 1-25, 2007.
- HAUSMANN, R.; SANTOS, M. A.; OBACH, J. **Appraising the economic potential of Panama**: policy recommendations for sustainable and inclusive growth. Cambridge, United States: CID, 2017. (Working Paper, n. 334).
- HAUSMANN, R. *et al.* **The atlas of economic complexity**: mapping paths to prosperity. Hollis: Puritan Press, 2014.

HIDALGO, C. *et al.* The product space conditions the development of nations. **Science**, v. 317, p. 482-487, 2007.

HIDALGO, C.; HAUSMANN, R. The building blocks of economic complexity. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 106, n. 26, p. 10570-10575, 2009.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Cadernos ODS**. Brasília, Ipea, 2020.

ISLAM, S. N.; IVERSEN, K. **From “structural change” to “transformative change”**: rationale and implications. New York: DESA, 2018. (DESA Working Paper, n. 155).

MAZZUCATO, M. Mission-oriented innovation policies: challenges and opportunities. **Industrial and Corporate Change**, v. 27, n. 5, p. 803-815, 2018.

MEALEY, P.; TEYTELBOYM, A. Economic complexity and the green economy. **Research Policy**, 2020.

PUGA, F.; CASTRO, L. (Org.). **Visão 2035**: Brasil, país desenvolvido – agendas setoriais para alcance da meta. Rio de Janeiro: BNDES, 2018.

RAMOS, L.; STUDART, R. The new development banks and the financing of transformation in Latin America and the Caribbean. *In*: BARROWCLOUGH, D.; GALLAGHER, K. P.; KOZUL-WRIGHT, R. (Ed.). **Southern-led development finance**: solutions from the Global South. New York: Routledge, 2021.

REIS, C. F. B.; BARBOSA, M. S.; CARDOSO, F. G. The South's thoughts on development: links between Latin America and Africa. **Revista de Economía Mundial**, n. 52, 2019.

ROMERO, J.; GRAMKOW, C. Economic complexity and greenhouse gas emissions. **World Development**, v. 139, p. 1-18, 2021.

ROMERO, J. P.; FREITAS, E. Setores promissores para o desenvolvimento do Brasil: complexidade e espaço do produto como instrumentos de política. *In*: VIEGAS, M.; ALBUQUERQUE, E. (Org.). **Alternativas para uma crise de múltiplas dimensões**. 1. ed. Belo Horizonte: Cedeplar-UFMG, 2018. v. 1, p. 358-374.

ROMERO, J. P.; SILVEIRA, F. Mudança estrutural e complexidade econômica: identificando setores promissores para o desenvolvimento dos estados brasileiros. *In*: CHILLIATTO-LEITE, M. V. (Org.). **Alternativas para o desenvolvimento brasileiro**: novos horizontes para a mudança estrutural com igualdade. 1. ed. Brasília: CEPAL, v. 1, p. 137-160, 2019.

SOMMER, S. **Finanças sustentáveis**: um panorama. Brasília: GIZ, 2020. Disponível em: <https://www.giz.de/en/downloads/Financas_Sustentaveis_Traducao_portugues.pdf>.

VAZQUEZ, K. C.; ROYCHOUDHURY, S.; BORGES, C. **Building infrastructure for 21st century sustainable development**: lessons and opportunities for the Brics-Led New Development Bank. New Delhi: O. P. Jindal Global University, 2017. Disponível em: <<https://www.ssc-globalthinkers.org/sites/default/files/2018-09/Building-Infrastructure-21st-Century.pdf>>.